

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

INDUSTRIALIZAÇÃO BRASILEIRA: ORIGENS E INTERPRETAÇÕES

André de Melo Modenesi

No. de matr 9416761

Orientador: Márcio A. Scalécio

Novembro de 1998

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

MONOGRAFIA DE FINAL DE CURSO

A ECONOMIA CAFEEIRA OS CHOQUES EXTERNOS E A INDUSTRIALIZAÇÃO
BRASILEIRA



André de Melo Modenesi

No. de matr 9416761

Orientador: Márcio A. Scalécio

Novembro de 1998

Declaro que o presente trabalho é de minha autoria e que não recorri para realizá-lo, a nenhuma forma de ajuda externa, exceto quanto autorizado pelo professor tutor.

“As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade única e exclusiva do autor”

Agradecimentos

Foram muitos que contribuíram, direta ou indiretamente, para a longa caminhada que tem como um dos frutos este trabalho. Um agradecimento especial aos meus pais cuja ajuda foi fundamental, em todos os aspectos, à sua realização. Agrego também Mérida Alberta Herasme Medina que, apesar de indiretamente, em muito contribuiu para que esse objetivo fosse alcançado.

ÍNDICE

	PÁGINA
I. INTRODUÇÃO	06
II. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	09
III. A ECONOMIA CAFEIEIRA E O SURGIMENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO	15
IV. O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO E SUAS PRINCIPAIS INTERPRETAÇÕES	28
IV.1. Uma resenha do desenvolvimento industrial brasileiro	28
IV.2. As peculiaridades da industrialização brasileira	43
IV.3. Principais interpretações da industrialização brasileira	46
V. CONCLUSÃO	74

ÍNDICE DE TABELAS

	PÁGINA
Tabela 1 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA RECEITA DAS EXPORTAÇÕES POR PRODUTO – BRASIL, 1891 A 1928	19
Tabela 2 – DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA POR HECTARE BRASIL – 1900 A 1915	26
Tabela 3 -- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO SEGUNDO O USO E IMPORTAÇÕES COMO PORCENTAGEM DA OFERTA TOTAL – 1919	30
Tabela 4 -- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO SEGUNDO O USO E IMPORTAÇÕES COMO PORCENTAGEM DA OFERTA TOTAL, 1939	37
Tabela 5 -- DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR ADICIONADO INDUSTRIAL, SEGUNDO O USO, 1949	42

I – INTRODUÇÃO

A indústria manufatureira começou a se desenvolver no Brasil apenas a partir da segunda metade do século XIX, tornando-se um setor econômico importante somente no decorrer do século XX ¹. Até a Segunda Guerra Mundial, o país era eminentemente agroexportador, tendo como principal produto o café. Isto se deve fundamentalmente, ao fato de o Brasil ter sido, até 1822, colônia de Portugal administrada de acordo com uma política mercantilista, estando, portanto, submetido às regras do chamado pacto colonial, que dificultava a existência de manufaturas no território nacional, visto que o mercado da colônia era monopólio da coroa portuguesa ².

A vinda da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, como consequência da invasão de Portugal por Napoleão, proporcionou algumas modificações no país, como a criação do Banco do Brasil, de outros órgãos administrativos, escolas de nível superior etc. E, sobretudo, transferiu-se o aparelho de estado português para o Brasil. No entanto, mesmo após ter-se transformado em império independente de Portugal, a estrutura

¹Cf. Baer (1983), pág. 3 - 7.

econômica do país não se alterou de forma significativa, ainda se caracterizando pela concentração na atividade agrícola baseada no trabalho escravo.

A chamada República Velha, que vai de 1889 até 1930, caracterizou-se pelo domínio do governo central por parte da oligarquia agrária. Revezavam-se no poder representantes dos proprietários de terras de São Paulo e Minas Gerais, de forma que as políticas adotadas atendiam, primordialmente, os interesses das oligarquias rurais destes dois estados.

No entanto, durante a República Velha, o país inicia um lento, mas contínuo, processo de transformação social e econômica. Precedidos pelo fim da escravidão, e a introdução do trabalho livre no campo, os choques externos provocados pelas duas guerras mundiais e pela Grande Depressão de 1929, representam um importante incentivo ao processo de industrialização, a partir da incipiente base implantada, notadamente, na primeira década republicana.

O objetivo deste trabalho é analisar o surgimento do processo de industrialização a partir de uma transformação estrutural da economia brasileira, caracterizada até então pela especialização na monocultura cafeeira.

Assumindo-se uma postura metodológica weberiana não acreditamos que o desenvolvimento industrial brasileiro possa ser explicado exclusivamente por uma das quatro óticas de análise consagradas na literatura: i) "teoria dos choques adversos", ii) "industrialização liderada pela expansão das exportações", iii) "capitalismo tardio" e iv) "industrialização intencionalmente promovida pelo governo". Refuta-se aqui a idéia de

²A Inglaterra obteve, através do tratado de Methuen, firmado com Portugal, alguns privilégios comerciais, dentre eles o direito de comerciar com o Brasil.

que uma teoria específica seja capaz de abranger a totalidade dos aspectos relacionados ao processo em questão. Dadas a complexidade e multiplicidade das problemáticas em questão, nenhuma destas quatro interpretações, isoladamente, é suficiente para explicar todas as questões relacionadas ao tema.

II – CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Como foi dito anteriormente, adotar-se-á neste trabalho uma postura metodológica weberiana. Sendo assim, a seguir traçaremos os pontos fundamentais da concepção metodológica weberiana³, a serem utilizados mais adiante.

A inovação representada por Max Weber no campo da metodologia das ciências sociais pode ser atribuída à sua concepção da realidade. Esta, de acordo com Weber, não possui nenhum tipo de estruturação inerente, predeterminada, sendo definida por ele mesmo como “caótica”. O mundo que nos cerca não possui uma lógica interna que é dada *aprioristicamente*. Sendo assim, o papel do cientista no processo de formação do conhecimento muda completamente: este abandona a condição passiva de simples observador — como queriam os positivistas — para assumir um papel ativo na formulação do conhecimento. A função do sujeito não é mais apreender a estrutura da realidade — a partir da mera observação do objeto de pesquisa e sim, de construí-la. Sua concepção metodológica, portanto, representa uma enorme inovação por romper com a cultura positivista — fortemente difundida em sua época — inaugurada por Augusto Comte no século XVIII.

³ Cf. Weber (1991), pp. 1-74.

A realidade, por ser infinita, possui múltiplos aspectos, que por sua vez não estão ordenados de acordo com nenhuma lógica específica, o que acaba por transformá-la em algo caótico. Os fatos do real não estão encadeados de forma ordenada, o que confere à realidade a propriedade de não ordenação. Não há uma ordenação predeterminada e unívoca estruturando o real, e sim, a possibilidade de múltiplas ordenações que implicam na não-estruturação do real.

O real não é caótico no sentido de que não é passível de ser estruturado — o que implicaria na impossibilidade do conhecimento; a realidade é caótica no sentido de que não há determinações necessárias — ou seja, não há conhecimento único. O real não é simplesmente passível de ser ordenado, mais do que isso, existem infinitas maneiras de se estruturar a realidade. Afirmar que a realidade é caótica não significa negar a possibilidade de ordenação de seus elementos, mas sim, afirmar a inexistência de uma ordem necessária; é, portanto, negar a existência de determinações necessárias — afirmando a existência de infinitas possibilidades de estruturação da realidade.

A realidade, conforme concebida por Weber, implica em uma nova concepção do processo de conhecimento. O fato de a realidade ser caótica determina uma mudança no papel do observador que, ao invés de captar os dados do real, deve construir teoricamente uma análise racional dos fatos. O conhecimento, concebido como algo meramente empírico, só é possível diante de uma realidade univocamente estruturada; e, neste caso, cabe ao sujeito simplesmente apreender a estrutura da realidade, descobrindo as suas determinações necessárias — mais adiante voltaremos a este ponto para constatar que Weber não está preocupado com a descoberta de leis gerais; antes pelo contrário, o que lhe interessa são as particularidades.

Diante da não estruturação do real, cabe ao cientista construir uma determinada ordem entre os fatos e conferir uma estrutura à realidade. Este deve escolher uma forma de interpretação do objeto específica, dentre infinitas possibilidades. Sendo assim, o conhecimento será necessariamente parcial, visto que o objeto está sendo explicado de acordo com uma das possibilidades de ordenação dos fatos da realidade. Conseqüentemente, o conhecimento é formulado a partir da construção teórico-racional de tipos ideais que são obtidos através de um recorte da realidade. O cientista define qual aspecto da realidade será utilizado em sua explicação. Dessa forma, o tipo ideal é formado de acordo com uma das possibilidades de ordenação do real, o que implica que o conhecimento é necessariamente parcial. O tipo ideal, portanto, não dá conta de todos os aspectos da realidade, mas sim de um único aspecto, ou de um número restrito deles: Obtém-se um tipo ideal mediante a **“acentuação unilateral de um ou vários pontos de vista (...)”** [Weber (1991), pág. 50; grifos meus].

O tipo ideal é o único meio de conhecimento viável. Dado que a realidade é infinita, é impossível explicar um objeto por todos os vieses possíveis. Há, então, a necessidade de se realizar um recorte na realidade para que o conhecimento se torne possível. O tipo ideal é um artifício metodológico que viabiliza a formação do conhecimento; é uma necessidade metodológica imposta pela infinidade dos aspectos do real ⁴.

⁴ Cf. M. Weber, *Sobre a Teoria ...* pág. 29 e 36, e mais especificamente a seguinte passagem: “ Assim, todo conhecimento reflexivo da realidade infinita realizado por um espírito humano, finito, se baseia na **premissa tácita de que apenas um fragmento da realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica**, e de que só ele será essencial no sentido ‘digno de ser conhecido’ “ (grifos meus).

A elaboração de tipos ideais está intimamente relacionada com a necessidade de se estabelecer precisamente os conceitos utilizados na formulação teórico-científica. Somente através da perfeita delimitação dos conceitos utilizados é que se poderá obter um conhecimento rigoroso⁵. Apenas a partir de uma definição precisa dos conceitos utilizados, o cientista poderá determinar criteriosamente os parâmetros de sua construção teórico-científica.

É importante notar que a utilização do tipo ideal como meio de conhecimento não é somente necessária, mas também, inevitável; visto que se o cientista não se propõe a formulá-lo, conscientemente, ele o fará inconscientemente⁶. Em consequência, o cientista deve elaborar um tipo ideal, visto que, do contrário, estaria trabalhando com conceitos imprecisos, o que poderá acarretar equívocos em sua análise devido a uma falta de rigor conceitual. É, pois, necessário que o sujeito defina precisamente seus conceitos para obter um conhecimento rigoroso.

O tipo ideal — pela sua própria definição — nunca será um reflexo da realidade⁷. Ele se refere a apenas uma parcela da mesma e de forma caricatural, visto que é constituído a partir de uma fragmentação da realidade obtida privilegiando um

⁵ 3 Cf. M. Weber, *Sobre a Teoria...* pág. 55 e 56, onde se lê: “ Ora, é apenas mediante uma **construção rigorosa dos conceitos**, ou seja graças ao tipo ideal, que se torna possível expor de forma unívoca o que se entende e pode entender pelo conceito teórico do valor “ (grifos meus).

⁶ “ Se o historiador (no sentido mais lato da palavra) abandona a tentativa de formular um tal tipo ideal (...) resulta então, geralmente que este historiador **utiliza, consciente ou inconscientemente**, outras construções análogas sem as formular explicitamente e sem elaboração lógica, ou então fica enalhado na esfera do ‘vagamamente sentido‘ “ (M. Weber, *Sobre a Teoria ...*, pág. 54).

⁷ O tipo ideal é uma construção teórica e ideal da realidade, definida por Weber como uma utopia: “ Obtém-se um tipo ideal mediante a acentuação unilateral de um ou de vários pontos de vista (...) a fim de se formar um quadro *homogêneo do pensamento*. Torna-se **impossível encontrar empiricamente na**

— ou um número restrito — de seus aspectos. A realidade — que é ilimitada — não pode ser reduzida ao tipo ideal — que é por definição limitado⁸. O conhecimento é sempre parcial, enquanto que a realidade é infinita.

O tipo ideal, também, não deve ser concebido como um devir do real: o conhecimento é que deve se adequar à realidade e, não, o contrário — e sempre que o tipo ideal não se adequar à realidade deve ser substituído. Nesse sentido, o tipo ideal é um meio que viabiliza o conhecimento da realidade de forma comparativa⁹.

Da concepção de realidade weberiana, também resulta que o cientista não deve estar preocupado com a determinação de leis gerais — visto que, elas não existem. Os fenômenos estudados revelam interesse enquanto **singularidades históricas**¹⁰. Cada fenômeno deve ser estudado como um caso particular, não havendo necessidade de remetê-lo ao seu contexto histórico-social. A questão não é determinar suas origens e seus fundamentos, mas suas peculiaridades. O objetivo do cientista não deve ser a determinação de leis gerais que expliquem a origem e evolução do objeto,

realidade esse quadro, na sua pureza conceitual, pois trata-se de uma utopia " (M. Weber, *Sobre a Teoria ...*, pág. 50, grifos meus e itálicos no original).

⁸ “ (...) nenhum dos desses sistemas mentais que forçosamente devemos recomendar para a compreensão dos elementos da realidade **não pode esgotar a sua imensa riqueza**. Todos esses sistemas não passam de tentativas para conferir uma ordem ao caos dos fatos (...)” (M. Weber, *Sobre a Teoria ...*, pág. 66, grifos meus).

⁹ “ Trata-se de um quadro do pensamento, e *não* da realidade histórica, e muito menos da realidade ' autêntica ', e não serve de esquema no qual se pudesse incluir a realidade à maneira de exemplar. Tem antes o significado de um *conceito limite* puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual esta é *comparada* “ (M. Weber, *Sobre a Teoria ...*, pág. 53, itálicos no original).

¹⁰Cf. M. Weber, *Sobre a Teoria ...* pág 33 à 39. A pág. 62 tem uma passagem particularmente interessante: “ Porque a finalidade da formação de conceitos de ideal-tipo consiste em tomar

mas ao invés disso, ele deve procurar desvendar o seu sentido, sua “significação cultural”. A sociedade é definida como um conjunto de ações sociais, e o objetivo do cientista é desvendar o sentido da ação, ou melhor, o valor que está por trás desta ação, conferindo-lhe sentido. Sua unidade de análise é a ação social.

É importante notar que o cientista irá analisar aquilo que julga mais importante para o desenvolvimento da ciência — ou da cultura. A escolha do objeto é realizada individualmente, mas remetida a valores culturais. O objeto de estudo não é importante para o cientista enquanto indivíduo, mas enquanto um ser social específico. É uma escolha culturalmente comprometida; não é fundamentada em valores individuais, e sim, culturais. A escolha daquilo que será estudado, apesar de ser realizada individualmente, é uma decisão sócio-cultural, e não, individual.

Em síntese, as principais inovações no campo da metodologia, propostas por Max Weber, estão intrinsecamente relacionadas com a sua noção da realidade. A sua concepção metodológica deriva, em última análise, da sua compreensão da realidade. Pelo fato desta ser “caótica”, inverte-se, em relação ao positivismo, o papel do investigador no processo de formação do conhecimento: ele deve ordenar o real de forma unilateral mediante a utilização do tipo ideal; este, por sua vez, é uma necessidade metodológica resultante do fato de a realidade ser multifacetada. E, finalmente, o tipo ideal terá como unidade de análise a ação social; deslocando-se o eixo de interesse do investigador da determinação de leis gerais para o entendimento das singularidades culturais.

rigorosamente **consciência não do que é genérico**, mas muito pelo contrário, **da natureza particular**

III – A ECONOMIA CAFEEIRA E O SURGIMENTO DA INDUSTRIALIZAÇÃO

De acordo com Castro, a economia cafeeira possui duas faces: uma moderna e outra conservadora. Seu caráter conservador consiste no fato de a lavoura cafeeira reproduzir “(...) uma das características fundamentais da organização produtiva açucareira: o **predomínio** absoluto da **grande propriedade rural**” [Castro (1980), pág. 59, grifos meus] ¹¹.

Já o papel modernizante da economia cafeeira consiste no fato de que o notável desenvolvimento econômico do Sudeste do país assegurou a continuidade do processo de deslocamento do eixo político do Norte para o Sul do país. A “burguesia rural” cafeeira se diferenciava dos produtores de açúcar, devido a sua vinculação com os setores urbanos traduzida em um conformidade de interesses entre estes dois segmentos sociais ¹².

dos fenômenos culturais” (grifos meus).

¹¹ É interessante notar, que até a abolição do trabalho escravo, em 1889, a produção cafeeira também se utilizou da mão de obra escrava.

¹² Cf. Castro (1980), pág. 60: “Esta polivalente ação da ‘burguesia rural’ cafeeira se traduzia numa estreita vinculação com os setores dominantes na vida urbana, daí resultando numa **combinação** de

De acordo com Barros de Castro, a “mobilidade” da cultura cafeeira é característica fundamental ao seu entendimento¹³. Dado seu caráter itinerante, o café deve ser analisado como “uma atividade em movimento”. Deste movimento resultará a coexistência de três tipos de região produtora: i) zona “pioneira”, onde a atividade está em fase inicial; ii) zona “madura”, onde a produção está plenamente organizada e iii) zona “decadente”, caracterizada pelo declínio da produção¹⁴. Dados o caráter extensivo da cafeicultura e a larga disponibilidade de terras, “A partir do Rio de Janeiro, o café avançaria em várias direções, daí resultando num ‘leque’ de regiões cafeeiras, que se abre do Espírito Santo ao Paraná” [Castro (1980), pág. 60].

A construção de ferrovias consistia em importante fator à expansão da lavoura. Tal fato e o alto grau de produtividade das terras virgens, fizeram com que os cafeicultores se mobilizassem em prol da realização do empreendimento ferroviário¹⁵. Para tanto, utilizavam recursos próprios, levantavam financiamentos externos e demandavam a participação do Estado¹⁶. Apesar da ampla disponibilidade de terras e da expansão ferroviária, nem todas as condições eram favoráveis ao desenvolvimento da produção cafeeira. “A **disponibilidade de mão de obra** cedo se definiu como

interesses (...) (grifos meus). Barros de Castro chama atenção para o fato de que, apesar de comportar um traço conservador, “ Não há, porém, que forçar a analogia (...)” entre as duas estruturas socio-econômicas.

¹³ Cf. Castro (1980), pág 60-1.

¹⁴ Cf. Castro (1980), pág. 66: “ ‘As delicadas exigências pedológicas do café’, a fácil erosão provocada pelo desconhecimento das mais simples técnicas de preservação do solo e a ampla disponibilidade de novas terras são alguns dos fatores explicativos para uma das constantes da história café: a permanente existência de *áreas decadentes*” (itálicos no original).

¹⁵ Este fato, sem dúvida, também imputa à economia cafeeira um caráter modernizador.

¹⁶ Cf. Castro (1980), pág. 62-5. A expansão ferroviária foi por vezes tão vertiginosa que “Invertia-se a causação originária, a derrubada da mata e o plantio dos novos pés passavam a ser estimulados pela chegada dos trilhos “ (pág. 62).

problema crucial, na expansão da lavoura” [Castro (1980), pág. 63, grifos meus]. Principalmente a partir de 1845, quando a utilização da mão-de-obra escrava deixou de ser predominante.

Apesar de a região cafeeira absorver os excessos de mão de obra das regiões auríferas em decadência e de atrair trabalhadores das lavouras nordestinas e das charqueadas gaúchas, “as soluções internas não se mostraram suficientes” [Castro (1980), pág. 63]. Após tentativa frustrada da iniciativa privada em resolver o problema, o Estado irá subsidiar a emigração de colonos europeus, a partir de 1870, tornando possível solucionar, em definitivo, o problema da escassez de mão de obra.

O Estado irá modificar sua postura assumindo caráter altamente interventor com relação aos problemas da economia cafeeira, tornando-se “(...) **decisivo elemento de apoio e impulsão** do novo centro dinâmico da economia” [Castro (1980), pág. 64, grifos meus].

O processo de reprodução da economia cafeeira era tal que havia uma espécie de tendência natural à superprodução. Em primeiro lugar, verificava-se no país uma ampla disponibilidade de terras, o que significa que, pelo que dependesse desse fator, a oferta cresceria sem restrições. O fator terra, ao invés de constituir em elemento regulador da produção, representava um impulso a existência de excessos ¹⁷.

Em segundo lugar, havia uma profunda “desconexão” entre o mercado de fatores e o mercado consumidor cafeeiro ¹⁸. A expansão da produção se dava de forma extensiva, com a criação de novas lavouras, o que por sua vez dependia da expansão da

¹⁷ Cf. Castro (1980), pág. 62: “ (...) a **ampla disponibilidade de solos impedia a atuação de importante mecanismo regulador da oferta**” (grifos meus).

rede ferroviária. A construção de novas estradas de ferro, no entanto, era regulada não apenas pelas leis do mercado cafeeiro, dependendo também de fatores de ordem tecnológica e financeira e de “razões de Estado”, no que diz respeito às políticas públicas. Sendo assim, a expansão da lavoura não estava diretamente vinculada às condições do mercado, mas sim, a elementos externos a ele ¹⁹. A oferta de mão de obra, outro fator fundamental ao aumento da produção, dependia mais das condições do mercado europeu de mão de obra e da liberação de verbas do governo do que da situação do mercado cafeeiro. A expansão da produção não estava, portanto, vinculada a um aumento da procura, criando-se uma situação propensa a superprodução.

As cotações do café no mercado internacional, via de regra, eram muito boas, o que consistia em forte estímulo à expansão da produção. O elevado preço do café fez com que este setor se tornasse concentrador de recursos, determinando um constante aumento de sua produção.

Aliado ao que foi dito acima leve-se em conta a ampla disponibilidade de capitais e teremos explicação para o fato de que, em 1906-7, a produção de São Paulo, chegou a 15.400.000 sacas, enquanto que o consumo mundial era de 16.000.000 ²⁰. Nesse sentido, podemos dizer que “A classe cafeeira não via obstáculos à sua expansão; definitivamente estava **definida uma situação propensa à superprodução**” [Castro, (1980), pág. 65; grifos meus].

¹⁸ Cf. Castro (1980), pág. 62-3 e 65-6.

¹⁹ A seguinte frase é bastante esclarecedora com relação a este ponto: “ A **construção de linhas férreas**, importante elemento na determinação do avanço das plantações, **não se regulava** a curto prazo pelas **condições** imperantes no **mercado de café**” [Castro (1980), pág. 62-3, grifos meus].

²⁰ Cf. Castro (1980), pág. 67.

Outro fator importante na determinação desta propensão à superprodução é o fato de a oferta ser altamente inelástica no curto prazo. As crises de superprodução do café brasileiro já estavam, portanto, pré-determinadas.

O setor cafeeiro tinha uma rentabilidade tão excessivamente elevada que nenhuma outra atividade produtiva podia com ela concorrer. Todos os recursos da economia se direcionavam para este setor. Os resultados derivados da atividade cafeeira eram reinvestidos na própria atividade ²¹. **“Difícilmente outras atividades poderiam competir com o café na atração de capitais e até mesmo mão de obra”** [Castro (1980), pág. 67, grifos meus].

Dessa forma, a economia brasileira, no auge da produção cafeeira, atingiu um grau de especialização extremamente elevado (ver tabela 1), sendo dominada pela produção de um único produto agrícola, responsável pela maior parte da formação de emprego e renda do país ²².

Tabela 1 – PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL NA RECEITA DAS EXPORTAÇÕES POR PRODUTO – BRASIL, 1891 A 1928

Período	Café	Açúcar	Algodão	Borracha	Couros e Peles	Outros	Total
1881-1900	64,5	6,0	2,7	15,0	2,4	9,4	100,0
1901-1910	52,7	1,9	2,1	25,7	4,2	13,4	100,0
1911-1913	61,7	0,3	2,1	20,0	4,2	11,7	100,0
1914-1918	47,4	3,9	1,4	12,0	7,5	27,8	100,0
1919-1923	58,8	4,7	3,4	3,0	5,3	24,8	100,0
1924-1928	72,5	0,4	1,9	2,8	4,5	17,9	100,0

Fonte: Singer (1989), pág. 355.

²¹ Cf. Castro (1980), pág. 73: “(...) **elevada rentabilidade** – condição para que o setor opere com verdadeiro **catalisador de recursos**” (grifos meus).

²² Cf. Castro (1980), pág. 67 a 72.

Não obstante, a continuada expansão da economia cafeeira não teve suas repercussões limitadas ao próprio setor, acabando por gerar, também, estímulo ao desenvolvimento de outras atividades. Com efeito, apenas parte das necessidades de consumo eram produzidas nas próprias fazendas, cabendo à produção nacional a maior parcela do fornecimento de manufaturas tecnologicamente mais simples, como tecidos grossos de algodão e lã, calçados rudimentares e produtos alimentícios como açúcar, vinho, banha de porco, carne preparada, fumo e etc. Dessa forma, “O surto cafeeiro acarretava, assim, a formação de **amplo mercado** no centro-sul do país.” [Castro (1980), pág. 63, grifos meus].

O desenvolvimento da economia cafeeira funcionava, pois, como um agente de integração econômica, criando fluxos comerciais entre as regiões cafeeiras, ou centrais, e as regiões produtoras de outros artigos, ou periféricas. A satisfação das necessidades de consumo de bens rudimentares por parte dos colonos criava uma rede de comércio entre a região cafeeira e, notadamente, o Rio Grande do Sul, o Nordeste e Minas Gerais. Dois fatores contribuíram especialmente para intensificar as relações econômicas entre essas regiões: a implantação de ferrovias, que interligavam o interior aos portos que escoavam a produção cafeeira, e o comércio de cabotagem.

Vale ressaltar o caráter limitado do descentralizado processo de industrialização caudatário do café. Apesar de relativa concentração das atividades industriais na capital do país – que em 1907, detinha 30% da produção industrial – os estabelecimentos manufatureiros se encontravam dispersos pelo país criando uma rede de micros e pequenos empreendimentos caracterizados pela utilização de tecnologias rudimentares, com pequena agregação de valor, e transformadores de matérias primas

agropecuárias. Muitos desses empreendimentos não passavam de simples atividades artesanais, com baixa utilização de capital.

A atividade industrial dessa forma, se restringia, quase sempre, a um simples processamento de matérias primas agrícolas, constituindo as chamadas “indústrias naturais”, cujas perspectivas de desenvolvimento eram bastante limitadas: “Os recursos exigidos pela expansão manufatureira eram em regra derivados da própria atividade, observando-se em muitos ramos a existência de um ‘teto’ para o progresso e a modernização das empresas” [Castro (1980), pág. 72].

Este limite era ultrapassado sempre que se dava início à produção de artigos manufaturados com o mesmo grau de elaboração e qualidade similares ao de produtos importados. Quando isto acontecia, os interesses agrícolas e indústrias tornavam-se conflitos, com relação à questão tarifária. Ilustra bem este ponto, o seguinte comentário em resposta à defesa do protecionismo feita por Roberto Simonsen, um dos principais ideólogos do industrialismo:

“É preciso repetir um milhão de vezes: o Brasil é um país **essencialmente agrícola**. O que lhe importa fundamentalmente é explorara com a lavoura a pecuária e a mineração os 8,5 milhões de Km² (...) É apenas ridículo sacrificar o interesse dessa exploração ao de meia dúzia de industrias do Rio e de São Paulo (...) Os 300.000 operários que trabalham nas **indústrias de estufa do Brasil**, poderiam muito mais proveitosamente para o país, estar trabalhando nas lavouras, mais necessárias ao nosso desenvolvimento. À política de lavoura devem ficar subordinadas as diretrizes da nossa política aduaneira. **E nada mais prejudicial à lavoura do que o protecionismo aduaneiro**, que encarece

formidavelmente tudo quanto a lavoura exige para seu consumo” [Fausto (1994), pág. 33, grifos meus].

A economia cafeeira irá sofrer seu primeiro abalo em 1894 com uma drástica redução das cotações do produto no mercado internacional ²³. A distribuição espacial da economia cafeeira pressupunha uma alta rentabilidade capaz de garantir a manutenção da zona “pioneira” e possibilitar a sobrevivência da zona “decadente”.

A redução do preço do café não ameaçava apenas o setor cafeeiro, mas a economia como um todo. Uma queda drástica da rentabilidade do setor desestimularia a criação de novos cafezais, reduziria os lucros obtidos pelas lavouras novas e anteciparia a decadência das zonas “maduras”. Este processo, no entanto, não significaria apenas a derrocada da economia cafeeira, refletindo-se em outros setores produtivos. Falidos, os cafeicultores se veriam impossibilitados de honrar suas dívidas, o que abalaria fortemente os setores comercial, financeiro e ferroviário cujas atividades dependiam diretamente do desempenho da economia cafeeira. Uma crise definitiva do setor cafeeiro reduziria enormemente o nível de atividade de vários setores, acarretando uma drástica contração da renda global. “A redução dos salários e o retorno à subsistência na zona central atingiriam, pois, outras regiões, **alastrando-se a crise pelo país**” [Castro (1980), pág. 74, grifos meus].

A hegemonia econômica do setor cafeeiro se refletia no âmbito político, fazendo com que este setor houvesse “(...) **penetrado a fundo na máquina estatal**” [Castro (1980), pág. 75, grifos meus].

²³ Cf. Castro (1980), pág. 72-5.

Deve-se ressaltar, entretanto, a existência crescente e cada vez mais importante de outros grupos políticos. A hegemonia político-econômica da classe cafeeira não significa de, forma alguma, que esta não possuía adversários na arena política nacional. De acordo com Furtado,

“Durante esse mesmo período, sem embargo, os **grupos** que exerciam **pressão** sobre o governo central tornaram-se mais **numerosos e complexos**. Assinalamos a importância crescente da classe média urbana(...). O importante grupo financeiro internacional reunido em torno da casa Rothschild, segue de perto a política econômico-financeira do governo brasileiro, particularmente depois do empréstimo de consolidação de 1898. Por último, os comerciantes importadores e os industriais, cujos interesses por motivos distintos se opõe aos dos cafeicultores, encontram no regime republicano oportunidade para **aumentar** o seu **poder político**” [Furtado(1991), pp. 180-1, grifos meus]

Apesar de uma análise pormenorizada acerca dos agentes políticos nacionais não ser objeto específico deste trabalho, deve-se ressaltar, que a “reinterpretação da historiografia tradicional” proposta por Fritsch²⁴ é, pelo menos, parcialmente inócua. Furtado nunca duvidou de que “(...)o poder de São Paulo não era absoluto, e que nem sempre os políticos paulistas detiveram o controle da máquina política federal extremamente eficaz que seus líderes históricos construíram na virada do século”. A sua hipótese é que a classe cafeeira era um grupo política e economicamente hegemônico, que entretanto compartilhava a arena política com outros atores, cuja importância era crescente²⁵, como expresso em várias passagens de sua obra já clássica.

²⁴ Cf. Fritsch (1990), pp. 62-8.

²⁵ Cf. Furtado (1991), pp.168-173, onde se destacam as seguintes passagens: “Os **interesses** diretamente ligados à depreciação externa da moeda – **grupos exportadores** – terão a partir desta época [1898] que

Diante da ameaça de crise a oligarquia cafeeira irá pressionar o estado a defender os seus interesses. A chamada “política de valorização do café” teve início em 1902 com a instituição de um imposto sobre o plantio de novos pés. Posteriormente, nos anos de 1906, 1917 e 1922, passa-se a intervir no mercado comprando os excedentes de exportação. Com o sucesso das intervenções temporárias, em 1926 institui-se a chamada política de “defesa permanente” do café ²⁶.

A fase de defesa temporária do café obteve resultados significativos com relação à manutenção do preço, e não implicou em gastos efetivos, dado que a maioria dos recursos aplicados foram recuperados. Já a etapa de “defesa permanente” do café, caracterizada pela atuação do Instituto do Café do Estado de São Paulo, é alvo de maiores críticas, tendo gerado uma sensível elevação da dívida externa do país. Além disso, a manutenção de um preço artificialmente alto, acabou por incentivar o surgimento de novas áreas produtoras de café, concorrendo para a perda da hegemonia brasileira no comércio do produto ²⁷.

Com as sucessivas crises que se abateram sobre o setor cafeeiro, a economia brasileira irá passar por um processo de profundas transformações estruturais ²⁸, notadamente a redução no grau de especialização, traduzida pela contínua perda de importância da economia cafeeira.

enfrentar a **resistência organizada de outros grupos**” (grifos meus); e “(...)a **ascensão política de novos grupos sociais** de rendas não derivadas da propriedade – facilitada pelo regime republicano – veio **reduzir drasticamente o controle** que antes **exerciam** aqueles **grupos agro-exportadores** sobre o **governo central**” (grifos meus).

²⁶ Cf. Castro (1980), pág.76-7.

²⁷ Com relação a este ponto, Castro menciona a teoria do “guarda-chuva brasileiro”, referindo-se a obra de Visconde de Taunay *Pequena História do Café no Brasil*.

Recursos produtivos serão transferidos do setor cafeeiro – cuja rentabilidade via-se em declínio – para outras atividades agrícolas, como milho, feijão, algodão etc. Entre 1900 e 1915 a área plantada de café reduziu-se de 64% para 51% do total (ver tabela 2)²⁹.

Conforme Castro, “O crescimento e a transformação da agricultura paulista tinham repercussões insuspeitadas sobre a conformação espacial da economia brasileira. Significavam preliminarmente que a **região cafeeira** atravessava um período de ‘**desespecialização**’” [Castro (1980), pág. 84, grifos meus].

A “desespecialização” econômica também se refletirá, embora de forma mais lenta e progressiva, no setor industrial, conferindo-lhe forte estímulo³⁰. No início do século se verificará o desenvolvimento de setores industriais vinculados a produção agropecuária:

“Assim, com o desenvolvimento primário, se afirmavam as indústrias açucareira, têxtil, de carnes, couro etc. A sólida base agrícola nascida com o café respaldava, pois, o primeiro surto manufatureiro paulista” [Castro (1980), pág. 85].

²⁸ Cf. Castro (1980), pág. 76: “(...) estava aberto o caminho para **profundas transformações na estrutura setorial-espacial da economia**” (grifos meus).

²⁹ Cf. Castro (1980), pág. 79: “A **liberação de fundos pelo setor cafeeiro** não poderia deixar de **beneficiar outros setores** que, anteriormente, tinham de disputar capitais com uma atividade de elevadíssima rentabilidade” (grifos meus).

³⁰ Cf. Castro (1980), pág. 85: “As implicações da ‘**desespecialização**’ não se limitavam naturalmente ao **campo agrícola**” (grifos meus).

Tabela 2 – **DISTRIBUIÇÃO DA ÁREA PLANTADA POR HECTARE BRASIL – 1900 A 1915**

Produto	Período			
	1900-1	1904-5	1910-1	1914-5
Café	751.114	875.004	900.111	1.023.826
algodão	8.252	8.378	19.236	12.167
Cana	25.908	48.719	49.745	61.952
Fumo	5.023	4.825	5.275	4.397
Feijão	99.481	156.786	183.721	228.740
Milho	220.203	346.989	372.922	508.093
Diversos	24.200	30.954	36.275	48.400

Fonte: Castro (1980).

A atividade industrial também se beneficiou com a liberação de fatores produtivos antes concentrados na atividade cafeeira, dispondo de uma maior oferta de mão de obra e de capitais a um custo menor ³¹.

Quando este quadro de profundas transformações estruturais da economia se aliar à ocorrência de choques externos, determinando dificuldades no abastecimento de produtos industriais, verificar-se-á uma situação extremamente favorável ao desenvolvimento de atividades industriais no país, fruto da elevação da rentabilidade da produção substitutiva de importações.

A primeira Guerra Mundial irá representar fundamentalmente uma interrupção do fornecimento externo determinado pelo esforço de guerra dos países beligerantes aliada a uma queda na capacidade para importar, em decorrência,

³¹ Cf. Castro (1980), pág. 85.

principalmente, da redução do volume de exportações. O que abria uma possibilidade à produção interna de manufaturas impossíveis de serem importadas. “Numa **conjuntura** já de si **favorável ao progresso industrial**, o **impacto do primeiro conflito mundial** foi **imenso**” [Castro (1980), pág. 85, grifos meus].

Já o choque externo representado pela crise de 1929, será seguido pela adoção de uma política de valorização do café – que se constituirá em uma ampla política anti-cíclica de defesa do nível de atividade e renda da economia ³² – e pela queda da capacidade de importar, decorrente da brutal queda dos preço internacionais dos produtos primários.

“A **contenção da onda do café** correspondia um **refluxo de fatores para outras atividades**. Dentre os avanços daí por diante registrados, o que mais chamaria atenção seria sem dúvida a **aceleração do processo de industrialização**” [Castro (1980), pág. 96, grifos meus].

³² A tese pioneira de Furtado foi desenvolvida no capítulo “Os Mecanismos de Defesa e a Crise de 1929” de seu livro *Formação Econômica do Brasil*. Cf. Furtado (1991), pág. 186 a 194.

IV – O DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL BRASILEIRO E SUAS PRINCIPAIS INTERPRETAÇÕES

IV.1 – Uma resenha do desenvolvimento industrial brasileiro

Antes de realizarmos um refinamento teórico e discutirmos as diferentes interpretações do desenvolvimento industrial brasileiro, apresentaremos uma exposição desse mesmo processo baseada na obra de Werner Baer intitulada *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil* – que representa um grande esforço de síntese dos argumentos defendidos pelos adeptos da chamada teoria dos choques adversos –, e, também, nos argumentos utilizados por Albert Fishlow no artigo *Origens e Conseqüências da Substituição de Importações no Brasil*.

A indústria brasileira começa a surgir a partir da segunda metade do século XIX. De fato, os primórdios da industrialização brasileira remontam a 1860 - 70, época em que se construiu a primeira estrada de ferro, abriram-se novos portos e verificou-se o primeiro surto industrial no país sob a iniciativa do Barão de Mauá.

A abolição da escravidão, em 1888, desorganizou, em parte, a produção agrícola, fazendo com que alguns proprietários de terra se deslocassem para os centros

urbanos, mudando de atividade econômica, passando a dedicar-se à atividades comerciais, e até mesmo, industriais. No entanto, a década de 1890 foi muito próspera para o setor exportador visto que, verificou-se um crescimento do volume das exportações de café, cacau e borracha. Este fato, aliado à expansão da massa salarial decorrente da introdução da mão de obra imigrante assalariada, representou o alargamento do mercado interno, notadamente para produtos voltados ao atendimento de necessidades básicas de consumo da população, principalmente nos centros urbanos em expansão. Neste contexto, dá-se início ao processo de industrialização substitutiva de importações, com o desenvolvimento das primeiras atividades manufatureiras, a saber, o beneficiamento e fabricação de alimentos e a produção de tecidos de algodão, atividades estas intimamente vinculadas ao aproveitamento de insumos oriundos do setor primário e dirigidas ao atendimento da demanda gerada em grande parte pelo setor exportador em expansão ³³.

Nas duas primeiras décadas do século XX, a indústria alimentícia e a têxtil ainda eram as mais importantes. Em 1919, a produção de têxteis e alimentos representava quase 60% do total do valor adicionado pela indústria (ver tabela 3). No entanto, segundo Fishlow, o processo de substituição de importações mostrou-se mais intenso na indústria têxtil. Em 1885, a produção do setor supria apenas 10% do consumo interno, passando, em 1905, a suprir 60%. A indústria têxtil, nesse período de vinte anos, expandiu em mais de dez vezes o seu volume de produção ³⁴. O período de maior intensidade desse crescimento é o que vai de 1895 até 1899, tendo resultado de uma sensível redução nas importações, cujo volume diminui de um terço.

³³Cf. Baer (1983), pág. 9 - 11.

³⁴Cf. Fishlow (1972), pág. 9.

Tabela 3 -- **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO SEGUNDO O USO E IMPORTAÇÕES COMO PORCENTAGEM DA OFERTA TOTAL – 1919** ³⁵

Setores Industriais	Distribuição percentual	Importações como porcentagem da oferta
Bens de consumo	80,2	
Têxteis	24,4	13,7
Roupas	7,3	6,2
Alimentos	32,9	11,5
Bebidas	5,4	23,8
Fumo	3,4	0,3
Borracha	0,1	70,7
Editorial e gráfica	nd	nd
Produtos químicos	4,2	57,0
Couros	0,2	32,0
Mineirais não-metálicos	1,2	40,5
Diversos	1,2	53,4
Bens duráveis de consumo	1,8	
Material elétrico	--	100,0
Material de transporte	--	53,5
Móveis	1,8	2,2
Bens intermediários	16,5	
Metalurgia	3,8	64,2
Minerais não-metálicos	2,8	40,5
Couros	2,0	32,0
Produtos químicos	0,8	57,0
Madeira	5,7	6,1
Papel	1,4	58,3
Borracha	--	70,7
Material elétrico	--	100,0
Bens de capital	1,5	
Mecânicos	0,1	96,7
Material elétrico	--	100,0
Material de transporte	1,4	53,5
Total	100,0	24,7

Fonte: Fishlow (1972)

³⁵As porcentagens da oferta total referem-se ao setor como um todo, e não a cada uso particular; por essa razão, quando a indústria aparece sob usos diversos, a porcentagem é repetida.

Apesar de se ter verificado uma recuperação das importações, nos primeiros anos do século XX, a produção nacional também se elevou, devido ao crescimento do mercado interno que, então, constituiu “o fator decisivo” para o desenvolvimento contínuo da indústria³⁶.

O argumento central de Baer³⁷ é que a Guerra teve como consequência direta a interrupção no fornecimento de produtos de além-mar e uma retração na demanda por produtos brasileiros, notadamente o café, reduzindo o volume das exportações³⁸. Tal fato gerou uma redução na receita de divisas, o que implica em uma diminuição da capacidade de importação do país, visto que o meio de pagamentos destas tornaram-se escassos. Durante a Guerra, verificou-se, portanto, uma drástica redução no volume de importações seja devido às dificuldades de fornecimento externo de produtos, seja devido à redução do volume de divisas. Dessa forma, criou-se uma barreira virtual aos produtos importados o que representou grande impulso para a indústria nacional, que passou a suprir o mercado nacional livre da competição externa³⁹.

Neste contexto, constituiu importante incentivo ao desenvolvimento da indústria nacional a elevação dos lucros potenciais da produção substitutiva de importações, representando um incentivo direto àqueles investidores que se voltassem

³⁶Cf. Fishlow (1972), pág. 9 - 12.

³⁷ Cf. Baer (1983) pp. 9-67.

³⁸Cf. Baer (1983), pág. 11 - 6.

³⁹ De acordo com Fishlow: "A substituição das importações relacionadas com a guerra foi mais **significante pelos impulsos que deu à demanda**, e apesar de não ser acompanhada por grandes aumentos na capacidade de produção gerou lucros que mais tarde foram utilizados para investimentos" (pág. 8, Grifos meus).

para essa atividade. Este foi, particularmente, o caso da indústria têxtil, visto que o preço dos principais insumos — taxa de salário e preço do algodão — não acompanharam a elevação do preço dos produtos por ela produzidos.

A interrupção no fornecimento de produtos afetou não somente o Brasil, mas também outros países o que, inclusive, possibilitou à indústria brasileira exportar produtos manufaturados para suprir a escassez de produtos no mercado internacional.

De acordo com dados citados por Fishlow, a produção de tecidos de algodão no ano de 1918 superou a de 1914 em 57% ⁴⁰. O impulso dado pela Guerra gerou um incremento na fabricação de diversos produtos, além dos têxteis. Fishlow estimou que o setor industrial cresceu, entre 1914 e 1918, a uma taxa de 8,5% ao ano ⁴¹.

Ainda Segundo Fishlow, embora o país alcançasse uma substancial autonomia na produção de bens de consumo, o mesmo não ocorreu com relação aos bens de capital e intermediários. Como regra, nos gêneros industriais fabricantes de bens de consumo, observa-se que mais da metade da oferta global era atendida pela produção de origem doméstica. Dentre estes se destacam alimentos, têxteis e roupas, bebidas e fumo. As exceções ficam por conta dos gêneros de produtos de borracha, químicos e diversos, cuja oferta global continuava sendo, majoritariamente representada por importações (ver tabela 3).

Todavia, o quadro não se reverte com relação aos bens de capital: permanecendo importados 100,0% dos materiais elétricos, 96,7% dos bens mecânicos, e 53,5% dos materiais de transporte. Situação similar verifica-se em relação aos bens

⁴⁰Cf. Fishlow (1972), pág. 19.

intermediários: com exceção dos produtos de madeira (cuja participação das importações na oferta era de apenas 6,1%) e de couros, todos os produtos contavam com um suprimento externo de mais de 40,0% da oferta total (ver tabela 3).

Na década de 1920, verificou-se uma retração no desenvolvimento industrial do país devido, principalmente, à retomada da competição externa, visto que as importações haviam-se restabelecido, graças à significativa recuperação da capacidade para importar ⁴². Tal fato, aliado a inexistência de uma política industrial que deliberadamente visasse proteger e/ou estimular o setor, foram responsáveis pela sensível queda da produção industrial em 1924 e 1925 ⁴³.

A Crise Geral de 1929 provocou uma drástica redução do volume das exportações brasileiras, que passaram de US\$ 445,9 milhões, em 1929, para 180,6 milhões em 1932, diminuindo bruscamente o volume de reservas do país ⁴⁴. Isto fez com que o governo brasileiro se tornasse o primeiro governo latino-americano a utilizar controle de câmbio. Fez-se necessária, também, uma desvalorização da moeda nacional, em 1931, para ajustar o balanço de pagamentos -- o que encarecia os produtos importados. Dessa forma, o volume de importações também sofreu uma queda expressiva, passando de 416,6 milhões, em 1929, para 108,1 milhões, em 1932.

⁴¹Fishlow utiliza " Um índice de quantidade calculado com base na produção registrada para fins de cobrança de imposto de consumo, e ponderada pelos valores de 1919 (...) " (pág. 19).

⁴²De acordo com Fishlow, as **importações, em 1928**, teriam " **voltado ao nível de antes da Primeira Guerra Mundial** " (Pág. 26. Grifos meus).

⁴³ Cf. Fishlow (1972), pág. 26 e Baer (1983), pág. 16. Especificamente com relação a inexistência de políticas industriais no período, veja-se a pág. 24.

⁴⁴Cf. Baer (1983), pág. 16 - 21.

Sendo assim, a atividade industrial recebe um forte incentivo dado pela redução da disponibilidade de bens importados⁴⁵. Mais uma vez, a indústria doméstica detém um mercado interno sob reserva. A nova escassez de produtos manufaturados faz com que seu preço se eleve, gerando grande estímulo à expansão da produção, através da utilização da capacidade ociosa da indústria nacional, que desde a década de 1920 não utilizava todo seu potencial produtivo. Segundo Fishlow:

“Esta crise [de 1929] cedo livrou a indústria doméstica das dificuldades dos anos vinte. (...)o declínio acentuado nas exportações, que por sua vez pôs em funcionamento a inevitável seqüência de controles cambiais, aumento da proteção, e, mesmo apesar disso, a deterioração das taxas de câmbio, explica a fonte da substituição de importações dos anos trinta” [Fishlow (1972) pág. 27, Grifos meus].

Uma vez que o café era o produto mais importante da pauta de exportações, representando mais de 70% do volume total das mesmas -- e dado o fato de que o governo central, durante a República Velha, implementava políticas de acordo com os interesses dos proprietários rurais -- o maior esforço das autoridades governamentais se deu na direção da defesa do setor cafeeiro contra o impacto da crise. Nesse sentido, o governo atuou decisivamente comprando os excedentes de oferta do café -- estocando-os numa primeira etapa e, em seguida, destruindo-os --, com o objetivo explícito de evitar uma queda vertiginosa de seu preço. Dessa forma, de acordo com Werner Baer,

⁴⁵Cf. Fishlow (1972) pág. 8, onde se destaca a seguinte passagem: "O impulso da Grande depressão foi importante, tanto para maior taxa de crescimento quanto para maior variedade de bens produzidos internamente (...)" (Grifos meus).

"(...) a renda do setor café foi artificialmente defendida contra o impacto da depressão"
[Baer (1983), pág. 17].

Dada a elevada participação da renda do setor cafeeiro na renda global, a política de valorização do café funcionou como política anticíclica sustentando o nível da demanda agregada e do emprego do conjunto da economia.

A política cafeeira, ao manter a prosperidade dos produtores, possibilitou, também, a transferência de recursos deste setor para o industrial, já que, como foi visto, os investimentos neste setor haviam-se tornado mais atrativos com a reserva de mercado.

Uma vez que a substituição das importações de bens de consumo, praticamente, já havia-se concluído, os setores que mais receberam investimentos, nesta fase, foram aqueles tecnicamente mais avançados, ligados à produção de bens de capital ⁴⁶. O valor agregado pela indústria mecânica se elevou de 0,1% para 1,3%, no período entre 1919 e 1939; já a indústria de material de transporte, no mesmo período, verificou um aumento no seu valor adicionado de 1,4% para 3,3%; este mesmo período é marcado pelo surgimento da produção de materiais elétricos, representando 0,3% do valor agregado (ver tabelas 3 e 4). É interessante notar que estas mudanças de níveis de participação são significativas apenas do ponto de vista relativo, enquanto que em termos absolutos mesmo os novos níveis ainda são pouco expressivos.

Apesar dos importantes impulsos ao desenvolvimento da indústria gerados pelos choques externos de 1914-18 e 1929, a estrutura econômica brasileira não se

⁴⁶Cf. Fishlow (1972), pág.32.

modificou de forma mais substancial⁴⁷. Em 1939, apesar da maior parte dos bens de consumo absorvidos pelo país serem produzidos pela indústria nacional, com exceção dos produtos químicos, diversos, e do ramo editorial e gráfico, mais da metade da demanda por bens de capital ainda era suprida por produtos importados. Com relação aos bens intermediários, 38,7% dos produtos químicos eram importados, 37,5% do consumo de papel e 40,7% da demanda por borracha era suprida por produtos importados (ver tabela 4).

Da mesma forma que a estrutura produtiva, a organização social não mudara significativamente. Em 1940, 71% da população ativa estava concentrada em atividades do primárias, enquanto apenas 9% se empregava na indústria e 20% no setor terciário⁴⁸. O país permanecia, portanto, um país eminentemente agrário, possuindo, contudo, um parque industrial pouco sofisticado cuja produção se concentrava na elaboração de bens consumo -- em 1949, 70% do valor agregado pela indústria era resultante de atividades ligadas à produção desses bens (ver tabela 5).

⁴⁷ Cf. Baer (1983), pág. 9, onde se destaca a seguinte passagem: “A I Guerra mundial e a Grande Depressão dos anos 30, porém, representaram um **impacto bastante poderoso para estabelecer uma base industrial duradoura, embora diminuta**” (Grifos meus).

⁴⁸ Cf. Baer (1983), pág. 15.

Tabela 4 -- **DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO SEGUNDO O USO E IMPORTAÇÕES COMO PORCENTAGEM DA OFERTA TOTAL, 1939** ⁴⁹

Setores industriais	Distribuição Percentual	Importações como porcentagem da oferta
Bens de consumo	69,7	
Têxteis	22,0	5,7
Roupas	4,8	3,5
Alimentos	23,6	2,8
Bebidas	4,3	8,5
Fumo	2,3	0,0
Borracha	0,2	40,7
Editorial e gráfica	3,6	4,2
Produtos químicos	6,5	37,5
Couros	0,2	7,7
Mineirais não-metálicos	1,0	13,6
Diversos	1,2	40,5
Bens duráveis de consumo	2,5	
Material elétrico	0,4	65,8
Material de transporte	--	56,2
Móveis	2,1	0,8
Bens intermediários	22,9	
Metalurgia	7,6	1,4
Minerais não-metálicos	4,3	13,6
Couros	1,5	7,7
Produtos químicos	4,2	38,7
Madeira	3,2	4,3
Papel	1,5	37,5
Borracha	0,4	40,7
Material elétrico	0,1	65,8
Bens de capital	4,9	
Mecânicos	1,3	79,5
Material elétrico	0,3	65,8
Material de transporte	3,3	56,2
Total	100,0	20,4

Fonte: Fishlow (1972).

⁴⁹As porcentagens da oferta total referem-se ao setor como um todo, e não a cada uso particular; por essa razão, quando a indústria aparece sob usos diversos, a porcentagem é repetida.

Entre 1938 - 45, a economia mundial sofreu outro choque com o advento da Segunda Guerra Mundial, que se revelará benéfico para o desenvolvimento da indústria brasileira. Mais uma vez, a interrupção do fornecimento de produtos de além-mar, seja pela carência dos mesmos, seja pelas dificuldades de transporte decorrentes da própria guerra, reservou o mercado interno para as nascentes indústrias nacionais. Estas, livres da competição externa, recebiam grande incentivo a se desenvolverem, sob a forma de elevação do potencial de lucro da produção substitutiva de importações. De acordo com Fishlow, o desenvolvimento industrial do período também foi impulsionado, em larga medida, por políticas fiscais e monetárias expansionistas adotadas pelo governo ⁵⁰.

Ainda segundo Fishlow, o consumo de cimento e aço aumentou substancialmente e de forma contínua durante o período, indicando um incremento na formação de capital. Verificou-se uma prosperidade geral em praticamente todos os setores da indústria, à exceção daqueles cuja produção se baseava em linhas de montagem, como o automobilístico ⁵¹. Vale ressaltar a expansão das indústrias metalúrgicas e de máquinas, notadamente em São Paulo, em grande parte impulsionadas pela instalação da usina siderúrgica governamental de Volta Redonda. Em conjunto o setor industrial cresceu, durante a guerra, a uma significativa taxa de 5,1% ⁵² ao ano.

Segundo Werner Baer, a indústria têxtil foi a que mais se desenvolveu no período. Parte de sua oferta era, inclusive, exportada para países africanos e latino-americanos, que também foram atingidos pela interrupção do fornecimento de produtos

⁵⁰Cf. Fishlow (1972), pág. 42 - 3.

⁵¹De acordo com Baer, a **indústria**, durante o período analisado foi " (...) o **setor de crescimento mais dinâmico** na formação do produto interno real " (pág. 21. Grifos meus).

⁵²Cf. Fishlow (1972), pág. 42 - 4.

manufaturados europeus ⁵³. Tal fato, aliado ao Acordo Interamericano do Café -- que teve importante papel na manutenção do preço internacional do produto -- resultou em saldos positivos na balança comercial, proporcionando um contínuo acúmulo de divisas por parte do país. Dessa forma, ao contrário do que ocorreu com os choques da Primeira Guerra Mundial e da Crise de 1929, a capacidade de importar do país elevou-se consideravelmente, viabilizando a adoção de políticas externas mais liberais. Dessa forma, as importações foram limitadas exclusivamente pela escassez da oferta externa de produtos, notadamente manufaturados, e não pela redução da capacidade de importar, como nos casos analisados anteriormente.

Fishlow ressalta dois pontos importantes que diferenciam o impacto produzido pela Primeira Guerra do impacto causado Pela Segunda Guerra Mundial:

“A Segunda Guerra prolongou o papel reduzido das importações na oferta total, mas com uma diferença. As circunstâncias durante o período favoreceram as exportações para os países latino-americanos e provocaram o apoio dos Estados Unidos no mercado de café. Assim, embora as importações se estagnassem, a capacidade para importar estava realmente crescendo. Este fato claramente diferencia a experiência do período de guerra daquela da depressão e explica a política de importações muito mais liberal que foi possível ao fim do conflito.

“Outra diferença estava na crescente capacidade da economia em adaptar-se à escassez de exportações. A formação de capital foi menos afetada do que durante os anos trinta, em virtude da capacidade interna que tinha sido criada” (Fishlow, 1972, pág. 42).

⁵³Cf. Baer (1983), pág. 21 - 4.

Fishlow concorda com Werner Baer de maneira absolutamente clara com relação ao primeiro ponto. Com relação ao segundo ponto, o que o próprio Fishlow sugere é que as restrições às importações não chegaram a comprometer a formação de capital, dado que já se contava para isso com a produção interna, exemplificando com o recente início da produção doméstica de cimento e aço.

O impulso gerado pela Segunda Guerra Mundial pode ser interpretado antes como um fator de consolidação ulterior do desenvolvimento industrial do que como um condicionante de profundas mudanças na estrutura da economia brasileira. Em 1949, a distribuição do valor agregado por setores da economia não se havia alterado de maneira radical. Entre 1939 e 1949, embora o setor de bens de consumo tenha sofrido uma redução na sua participação no valor adicionado (de 70% para 62%), ainda permanecia largamente predominante. Com relação aos bens intermediários, houve uma elevação da sua participação no valor agregado industrial, mas que não chega configurar uma mudança qualitativa de maior significado (passando de 23% para 30%). A participação no valor adicionado da indústria de bens de capital — ramo fundamental para o atingimento de autonomia tecnológica e a sustentação do processo de industrialização — permaneceu praticamente inalterada: em 1939 correspondia a 4,95 e, em 1949, a 5,2% (ver tabelas 2 e 3).

O mesmo pode-se dizer com relação à estrutura da sociedade brasileira. No período compreendido entre os anos de 1940 e 1950, a população ativa empregada no setor primário reduziu-se de 71% para 64%. Vale dizer, os setores secundários e terciários, caracteristicamente urbanos, absorviam apenas 36% do total da população

ativa do país⁵⁴. Conclui-se, portanto, que o Brasil, cinco anos após o fim da Segunda Guerra Mundial ainda permanecia um país com traços fortemente agrários, tendo apenas iniciado o seu processo de industrialização.

O desenvolvimento industrial brasileiro se dá inicialmente como resultado do processo de transformação da economia cafeeira. As sucessivas crises da produção cafeeira determinaram uma “desespecialização” da economia brasileira, devido à diversificação da própria atividade agrícola e – como fruto dessa diversificação – o surgimento de novas atividades industriais ligadas ao beneficiamento e transformação de produtos agropecuários. Foi este desenvolvimento agrícola, gerador da ampliação do mercado interno, que serviu de base ao desenvolvimento industrial.

A este quadro favorável ao desenvolvimento industrial, aliam-se os efeitos dos choques externos da Primeira Guerra Mundial e da Crise Geral de 1929, que foram cruciais para o avanço do incipiente processo de industrialização brasileiro, apoiado na substituição das importações.

Nos três casos, a interrupção do fornecimento externo constituiu impulso fundamental à expansão da produção industrial, ao reservar o mercado interno às manufaturas nacionais.

⁵⁴ Cf. Baer (1983), pág. 15.

Tabela 5 -- **DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DO VALOR ADICINADO INDUSTRIAL, SEGUNDO O USO, 1949** ⁵⁵

Setores industriais	Distribuição Percentual
Bens de consumo	61,9
Têxteis	19,7
Roupas	4,3
Alimentos	20,6
Bebidas	4,5
Fumo	1,4
Borracha	0,2
Editorial e gráfica	4,0
Produtos químicos	4,7
Couros	0,2
Mineirais não-metálicos	0,7
Diversos	1,6
Bens duráveis de consumo	2,5
Material elétrico	0,3
Material de transporte	--
Móveis	2,2
Bens intermediários	30,4
Metalurgia	9,4
Minerais não-metálicos	6,5
Couros	1,1
Produtos químicos	4,7
Madeira	4,2
Papel	2,3
Borracha	1,7
Material elétrico	0,5
Bens de capital	5,2
Mecânicos	2,1
Material elétrico	0,8
Material de transporte	3,3
Total	100,0

Fonte: Fishlow (1972).

⁵⁵As porcentagens da oferta total referem-se ao setor como um todo, e não a cada uso particular; por essa razão, quando a indústria aparece sob usos diversos, a porcentagem é repetida.

No caso da Primeira Guerra e da Grande Depressão de 1929, a redução na oferta de produtos estrangeiros se fez mais drástica ainda do que durante a Segunda Guerra Mundial. Nos dois primeiros casos, em decorrência da redução do volume de exportações — principalmente durante a guerra — e da brusca queda dos preços internacionais — durante a crise — houve uma diminuição na capacidade para importar do país. No caso da Segunda Guerra Mundial, as dificuldades de abastecimento conjugaram-se ao crescimento do valor das exportações — tanto devido ao aumento do preço quanto ao aumento da quantidade exportada — levando à formação de contínuos superávits no balanço de pagamentos, resultando, ao final, na acumulação de reservas internacionais, fato registrado pela primeira vez depois de mais de três décadas de recorrentes crises cambiais.

A estrutura industrial implantada até a Segunda Guerra Mundial — embora reduzida e incompleta — constituiu-se em sólida base sobre a qual a economia iria se desenvolver nas cinco décadas seguinte, finalmente transformando-se, nesse curto espaço de tempo, de uma economia agroexportadora na economia mais industrializada do *terceiro mundo*.

IV.2 – As peculiaridades da industrialização brasileira

A motivação, claramente explícita ou não, à elaboração de um tipo ideal para se analisar o processo de industrialização brasileiro reside no fato de que este mesmo processo não pode ser satisfatoriamente concebido com base nos acontecimentos que caracterizaram a revolução industrial inglesa⁵⁶. A análise marxiana

⁵⁶ Cf. Hobsbawm (1986), pp. 23-90.

clássica acerca da “acumulação primitiva” não se aplica ao caso brasileiro⁵⁷: não fomos metrópole de nenhuma colônia – pelo contrário –, nossos campos não foram cercados, não foi criada uma “legislação sanguinária contra os expropriados” como a inaugurada por Henrique VII, não vivenciamos a chamada revolução agrícola e nem mesmo não havia “séquitos feudais” a serem dissolvidos. Sendo assim, a chamada teoria do materialismo histórico⁵⁸ e a necessidade histórica de o desenvolvimento e sucessão de cinco modos de produção diferentes⁵⁹ não se serviam para ilustrar o caso brasileiro.

⁵⁷ Cf. Marx pp. 261-294.

⁵⁸ De acordo com a teoria do materialismo histórico: a cada época histórica corresponde determinado estágio de desenvolvimento das forças produtivas que engendram determinadas formas materiais de produção, as quais moldam a estrutura econômica da sociedade. Sobre esta **base econômica -- infraestrutura** -- se edifica toda uma **superestrutura jurídica e política**. É importante notar que há uma relação de determinação em última instância entre a infraestrutura econômica e a superestrutura jurídica e política. O que significa que, apesar de a infraestrutura e a superestrutura serem instâncias distintas, não são autônomas. Cf. Jacob Gorender *in* Marx, (1982), pág. IX e XI e também a pág. 25.

⁵⁹ A interpretação mais usual de *O Capital* tem como um de seus elementos fundamentais uma concepção evolucionista do processo histórico, segundo a qual, a história da humanidade seria caracterizada por uma sucessão de modos de produção. Dessa forma, a história de humanidade estaria resumida a cinco etapas, caracterizadas pelos seguintes modos de produção: escravista, feudal, capitalista e comunista. A este respeito, Cf. Marx (1986), (1984), (1982). Apesar de não ser de interesse direto do presente trabalho, deve-se ressaltar que o marxismo, durante a década de sessenta, passou por uma reavaliação. Esta reavaliação pode ser resumida em dois grupos de problemas. A validade da aplicação, das categorias procedentes da análise do capitalismo, ao estudo das sociedades ditas pré-capitalistas, questionando, pois, a universalidade destas categorias. E a necessidade histórica do desenvolvimento de cinco tipos de sociedades caracterizadas por cinco formas de relações de produção. Ou seja, até que ponto a História da Humanidade é mero reflexo das relações de produção (ou econômicas), e quão necessária é a evolução destas relações passando, obrigatoriamente, do primeiro ao quinto tipo de relação de produção. A este respeito, Cf. Fernandes (1982), pp. 11-74.

A maior ênfase dada às peculiaridades do caso brasileiro encontra-se nas obras dos autores da CEPAL⁶⁰, principalmente os mais extremados, como Raúl Prebisch⁶¹, de acordo com quem,

“O processo [de transformação das economias latino-americanas] é visto como **singular, diferindo** daquele que ocorreu na **revolução industrial dos países desenvolvidos**” [Bielschowsky (1988), pág. 21, grifos meus].

No entanto, esta é uma preocupação que está por trás de qualquer esforço de compreensão das transformações sócio-econômicas decorrentes da industrialização. É o caso, por exemplo, das obras de João Manuel Cardoso de Mello⁶², Maria da Conceição Tavares⁶³ e Florestan Fernandes⁶⁴. De acordo com Sônia Draibe⁶⁵,

“Apesar das diferenças existentes entre os trabalhos destes autores, é possível indicar convergências quanto à visão geral que ilumina suas análises: tomam as transformações econômicas e sociais no Brasil como um processo que retém simultaneamente tanto as características gerais de todo e qualquer desenvolvimento capitalista, bem como aquelas **específicas, próprias** de um **capitalismo** eu se **constitui na etapa monopolista** do capitalismo mundial e que tem como ponto de partida um passado colonial” [Draibe (1985), pág. 11, grifos meus].

⁶⁰ Cf. Bielschowsky (1988), pág. 17-25.

⁶¹ Como será visto adiante, Prebisch é um dos autores da chamada da versão extrema da teoria dos choques externos. Sendo assim, as preocupações do autor não se referiam ao do Brasil em particular, mas sim à América Latina em geral.

⁶² Cf. Mello (1984).

⁶³ Cf. Tavares (1986).

⁶⁴ Cf. Fernandes (1976).

⁶⁵ Cf. Draibe (1985), pp. 11-27.

A seguir, tendo em mente as considerações feitas acima, traçaremos um painel com as principais interpretações do processo de industrialização brasileiro⁶⁶.

IV.3 – Principais interpretações da Industrialização brasileira

1) A “teoria dos choques adversos”

Suzigan identifica duas vertentes básicas de interpretação do desenvolvimento industrial brasileiro fundamentado na ocorrência de um choque externo adverso. A primeira é uma “versão extrema” do argumento que tem a pretensão de constituir-se em uma teoria de aplicação geral. Esta versão do argumento dos choques externos foi inicialmente elaborada nos primeiros estudos sobre a industrialização, realizado por observadores contemporâneos, e dava ênfase aos aspectos positivos da Primeira Guerra sobre a indústria de transformação⁶⁷. A outra versão tem como autores principais Celso Furtado⁶⁸ e Conceição Tavares⁶⁹.

A linha básica de argumentação em ambos os casos é a mesma: dada a ocorrência de um choque externo adverso, criam-se dificuldades à importação; esta por sua vez, está associada a três fatores que podem ocorrer conjugados ou não: i) elevação do preço relativo das importações, ii) redução na receita de importações e iii) desvio dos fluxos de comércio.

⁶⁶ Nos basearemos aqui em Suzigan (1986), pp. 21-73. Acerca de uma discussão mais introdutória, Cf. Saes et alii (1997), pp. 105-118.

⁶⁷ Cf. Simonsen (1973), pp.5-52, ,e particularmente, pp.20 e 25-6.

⁶⁸ Cf. Furtado (1991), pp. 186-203 e também, pp. 233-42.

⁶⁹ Cf. Tavares (1975), pp. 32-8, e, especialmente, pp.67-73

A versão extrema, que inicialmente foi desenvolvida por estudiosos contemporâneos, foi posteriormente desenvolvida e estendida a períodos posteriores, sendo diretamente aplicada aos casos da Crise de 30 e da Segunda Guerra, conforme descrito acima. Mas esta linha de argumentação só veio a se tornar proeminente com a sua incorporação à problemática cepalina⁷⁰.

A constatação da existência de um padrão de comércio exterior entre os países industrializados (centro) e a América Latina (periferia) é a base da doutrina econômica da CEPAL. Segundo esta, há uma divisão internacional do trabalho da qual decorre a especialização da periferia na produção de produtos primários a serem exportados para os países do centro, os quais por sua vez abastecem os países da periferia com produtos manufaturados⁷¹. Apesar de realizarmos posteriormente uma distinção entre o argumento cepalino e aquele utilizado por Conceição Tavares e Celso Furtado para explicar o desenvolvimento industrial brasileiro, cabe citar esta autora:

“O cerne da problemática do crescimento ‘para fora’ típico de nossas economias está evidentemente vinculado ao quadro de divisão internacional do trabalho que foi imposto pelo próprio processo de desenvolvimento das economias líderes do qual decorria, para os países da periferia, uma divisão do trabalho social totalmente distinta da do centro” [Tavares (1972), pág. 31].

⁷⁰ Cf. Dean (1976), cap. 6.

⁷¹ Cf. Tavares (1972), pág. 29, onde se destaca a seguinte passagem: “É comum acentuar-se o alto peso relativo do setor externo nas economias primário-exportadoras dando ênfase ao papel desempenhado por suas variáveis básicas: as exportações como variável exógena responsável pela geração de importante parcela da Renda Nacional e pelo crescimento da mesma e as importações como fonte flexível de suprimento dos vários tipos de bens e serviços necessários ao atendimento de parte apreciável da demanda interna”

Dada a divisão internacional do trabalho, desenvolveu-se um padrão de crescimento econômico específico, diferente do padrão dos países do centro. O chamado crescimento “voltado para fora” tem como característica principal o fato de o setor exportador ser o componente mais importante na determinação do nível de renda do país⁷². Sendo assim, o “motor do crescimento” da renda era a demanda externa por produtos primário, o que tornava as economias da periferia “reflexas e dependentes”, dado que seus centros de decisões se localizavam fora de seus respectivos países⁷³.

A especialização na produção de produtos primários consistia em sério entrave ao desenvolvimento industrial. A mudança para um novo padrão de crescimento “voltado para dentro”, de acordo com a doutrina da CEPAL, se deu à medida em que sucessivos choques externos se abateram sobre as economias periféricas, como os representados pela Segunda Guerra Mundial e pela depressão dos anos trinta. No novo modelo econômico, o processo de crescimento da renda se endogenizou, tendo como componente fundamental o nível de investimento industrial. Dessa forma, o centro de decisão das economias periféricas transfere-se para seus respectivos países⁷⁴.

A pretensão de se constituir em uma teoria geral aplicável a toda a América Latina, e em especial ao Brasil, constitui o aspecto da versão extrema do argumento dos choques externos passível de ser criticado. Em primeiro lugar, o setor agroexportador,

⁷² Cf. TAVARES (1972), pág. 30, onde se destaca a seguinte passagem: “Já na América Latina, não só as exportações eram praticamente a única componente autônoma do crescimento da renda como o setor exportador representava o centro dinâmico de toda a economia”.

⁷³ Cf. SUZIGAN (1986), pág. 24, onde se destaca a seguinte passagem: “Nos termos da economia política da CEPAL, o ‘centro de decisão’ da economia dos países periféricos ficava fora desses países, caracterizando-se como economias ‘reflexas e dependentes’ ”

em larga medida, impulsionou o processo de industrialização durante o período caracterizado pelo chamado crescimento para fora, de forma que a especialização na produção de produtos primários não pode ser considerada como um impedimento ao desenvolvimento industrial. Além do que, os efeitos dos choques externos sobre a produção industrial não foram tão significativos⁷⁵, quanto supõe os defensores deste vertente⁷⁶.

Apesar de Furtado e Tavares serem grandes expoentes do pensamento cepalino e, portanto, concordarem com muitos aspectos da doutrina econômica da CEPAL, não são adeptos da versão extrema do argumento dos choques externos⁷⁷. Embora em suas interpretações sobre o desenvolvimento industrial brasileiro ambos os autores utilizem o argumento dos choques externos, o fazem especificamente com relação à década de trinta, sem estendê-lo à análise dos efeitos das duas guerras mundiais, considerados de pouco interesse. Da mesma forma, apesar de compartilharem da concepção cepalina do desenvolvimento “para fora”, ressaltam a existência de interrelações entre os setores agroexportador e industrial. De acordo com Tavares e

⁷⁴ Apesar das transformações sociais e políticas advindas com a industrialização da América Latina, emergiu a chamada teoria da dependência elaborada com o intuito de se explicar o seu subdesenvolvimento. A esse respeito, Cf. Sunkel (1970), e, também, Cardoso e Faletto (1977).

⁷⁵ Acerca de uma discussão mais detalhada sobre os efeitos da Primeira Guerra Mundial e da Grande depressão, Cf. Suzigan (1986), pp. 48-66.

⁷⁶ Cf. Suzigan (1986), pág 25, onde se destaca a seguinte passagem: “Esta versão extrema do argumento dos choques adversos certamente pode ser e tem sido criticada como uma teoria geral para explicar o desenvolvimento industrial na América Latina, principalmente no Brasil”

⁷⁷ De acordo com Suzigan, “(...)a interpretação do desenvolvimento industrial brasileiro por dois expoentes do pensamento cepalino (Furtado e Tavares) não corresponde a essa versão extrema do argumento dos choques adversos”

Furtado, não havia contradição entre o desenvolvimento industrial e o setor exportador, mas sim complementariedade, ainda que esta não seja irrestrita⁷⁸.

Para Furtado e Tavares, processo de desenvolvimento industrial do país se divide em dois períodos, tendo a década de trinta como divisor de águas. Antes desta data, o crescimento do setor industrial foi induzido pela expansão da renda gerada pela ampliação das atividades do setor agroexportador. Segundo Furtado, “A **massa de salários** pagos no setor **exportador** vem a ser, por conseguinte, o **núcleo** de uma **economia de mercado interno**” [Furtado (1991), pág. 152, grifos meus].

A partir da Grande Depressão, deu-se início à chamada *industrialização substitutiva de importações* como resposta ao estrangulamento externo e estimulada pela adoção de políticas econômicas para combater a crise. De acordo com Tavares,

“A **perda de dinamismo do setor exportador**, em particular a partir da **grande depressão**, deu lugar a um esforço de **reorientação da atividade econômica** consubstanciado em grande na **substituição de importações** por produção nacional, assegurada pela reserva de mercado obtida através de proteção cambial e tarifária” [Tavares(1972), pág. 67, grifos meus].

De acordo com ambos autores, os impulsos dado pelo setor exportador ao desenvolvimento do industrial eram limitados, de forma que, até antes da década de trinta, o setor industrial não possuía dinamismo próprio, sendo altamente dependente da

⁷⁸ Cf. Suzigan (1986), pág. 26, onde se destaca a seguinte passagem: “Portanto, o enfoque de Furtado e Tavares é essencialmente igual ao enfoque cepalino do crescimento voltado para fora, porém com a diferença básica de que, para os dois primeiros autores, a relação entre o setor exportador e as atividades internas é de interdependência e não de antagonismo(...)”.

demanda gerada pela economia agroexportadora⁷⁹. Neste processo de desenvolvimento “para dentro”, a expansão da produção industrial dependia do crescimento do mercado interno, que por sua vez estava atrelado ao desempenho do setor agro exportador⁸⁰. De acordo com Furtado, “(..)a **indução externa** constitui o **fator dinâmico principal** na **determinação** do nível da **procura efetiva**” [Furtado (1991), pág. 152, grifos meus]. Enquanto a economia não passasse por mudanças estruturais, o setor industrial permaneceria como um extensão das atividades agroexportadoras. Para que o setor industrial ganhasse dinamismo próprio, a produção industria deveria se diversificar, através do estabelecimento de indústrias de bens de capital, o que faria com que o setor criasse sua própria demanda.

Foi exatamente o que ocorreu a partir da Primeira Guerra, sendo o ponto de ruptura a Crise Geral dos anos trinta, consistindo-se em um ponto de inflexão no processo de desenvolvimento industrial brasileiro⁸¹. De acordo com Tavares, “A **crise** prolongada dos **anos trinta**, no entanto, pode ser encarada como o **ponto crítico da**

⁷⁹ Cf. Tavares (1972), pág. 31, onde se destaca a seguinte passagem: “O que nos interessa assinalar, porém, é o fato de que essa reduzida atividade **industrial**, juntamente com o setor **agrícola de subsistência** eram **insuficientes** para **dar** à **atividade interna** um **dinamismo próprio**. Assim, o **crescimento econômico** ficava basicamente **atrelado** ao comportamento da **demanda externa** por produtos primários, dando o **caráter** eminentemente **dependente** e **reflexo** de nossas **economias**” (grifos meus).

⁸⁰ Cf. Furtado (1991), pág. 233, onde se destacam as seguintes passagens: “(...)uma rápida expansão do setor externo possibilita alta capitalização e abre caminho à absorção do progresso técnico” e “Este tipo de interdependência entre estímulo externo e desenvolvimento interno existiu plenamente na economia brasileira até a Primeira Guerra Mundial e de forma atenuada até fins do terceiro decênio deste século”

⁸¹ Cf. Furtado pp. 231-5, onde se destacam as seguintes passagens: “(...)a primeira metade do século XX está marcada pela progressiva emergência de um sistema cujo principal centro dinâmico é o mercado inetrno” e “O período compreendido entre 1920 e 1957 está assinalado por uma **redução substancial da procura externa** como fator **determinante** do **nível de renda**” (grifos meus).

ruptura do funcionamento do **modelo primário-exportador**” [Tavares(1972), pág. 32, grifos meus].

A partir de então, o padrão de crescimento da economia se inverte, voltando-se “para fora”. A demanda externa deixa de ser o elemento fundamental na determinação do nível de renda ao passo que a demanda interna passa a ser fundamental neste processo⁸². De acordo com Furtado, “(...)o **fator dinâmico principal**, nos anos que se seguem à crise [de 1930], passa a ser, sem nenhuma dúvida, o **mercado interno**” [Furtado (1991), pág. 198, grifos meus].

Os efeitos anti-cíclicos⁸³ da política de defesa do café também contribuíram para esta reorientação da economia brasileira⁸⁴. Ao manter o nível de renda do setor cafeeiro relativamente estável durante os anos da crise, através da manutenção dos preços internacionais do produto, sustentou-se indiretamente a demanda agregada interna. De acordo com furtado, a política de valorização do café

⁸² Cf, Furtado pág. 197, onde se destaca a seguinte passagem: “depreende-se facilmente a importância crescente que, como elemento dinâmico, irá logrando a procura externa nesta etapa da depressão”

⁸³ Furtado identifica o programa de valorização do café como uma política keynesiana de sustentação da demanda efetiva. De acordo com ele, “(...)se **mantinha** o nível de **emprego** se bem que se tivesse que destruir o fruto da produção. O que importa ter em conta é que o valor do produto que se destruíra era muito inferior ao montante de renda que se criava. Estávamos, em verdade, **construindo** as famosas **pirâmides** que anos depois preconizara **Keynes**. Dessa forma, a política de defasado setor cafeeiro nos anos da grande depressão concretiza-se num grande programa de fomento da renda nacional. **Praticou-se** no Brasil, inconscientemente, uma **política anticíclica** de maior amplitude que a que se tenha sequer preconizado em qualquer dos países industrializados” (grifos meus).

⁸⁴ Cf, Furtado pp. 190-2 e também Tavares (1972), pág. 33, onde se destaca a seguinte passagem : “No entanto, o **processo de industrialização** que se iniciou a partir daí encontrou, sem dúvida alguma, seu **apoio na manutenção da renda interna** resultante daquela política [de defesa contra os efeitos da crise]” (grifos meus).

“Ao garantir preços mínimos de compra, remunerados para a grande maioria dos produtores, estava-se na realidade **mantendo o nível de emprego na economia exportadora e, indiretamente, nos setores produtores ligados ao mercado interno**” [Furtado (1991), pág. 198, grifos meus].

Tal fato, aliado às dificuldades impostas pela crise à importação, permitiu uma reorientação da demanda para o mercado interno. A linha de raciocínio é muito simples: apesar dos efeitos da crise, manteve-se a renda global, e portanto, a demanda agregada, que por sua vez não podia mais ser atendida pelo setor externo; a resposta natural foi o deslocamento da demanda de produtos importados por aqueles produzidos no país, entrando em curso, assim, a chamada substituição de importações. De acordo com Tavares,

“Tendo-se mantido em maior ou menor grau o nível de demanda preexistente e reduzido violentamente a capacidade para importa, estava desfeita a possibilidade de um ajuste *ex ante* entre as estruturas de produção de demanda interna, através do comércio exterior. O reajuste *ex post* se produziu mediante o **acréscimo substancial dos preços relativos das importações**, do que resultou um **estímulo considerável à produção interna substitutiva**” [Tavares (1972), pág. 32, grifos meus].

Nos anos imediatamente subsequentes a crise, a ampliação da produção produção se deu através da capacidade ociosa⁸⁵. “(..)o fator mais importante numa primeira fase de expansão da produção [industrial] deve ter sido o **aproveitamento da capacidade já instalada**” [Furtado (1991), pág. 198; grifos meus].

⁸⁵ Cf. Tavares (1972), pp. 32-5, onde se destaca a seguinte passagem: “Inicialmente utilizando e mesmo sobreutilizando a capacidade existente foi possível substituir uma parte dos bens que se importavam”

Na etapa seguinte, estando plenamente utilizada sua capacidade instalada, o setor industrial volta a depender consideravelmente do desempenho do economia de agroexportação. Apesar de possuir demanda própria, não mais dependendo da procura externa, a expansão da produção, neste momento, requer a importação de máquinas e matérias primas⁸⁶. O setor de exportação continua, portanto, desempenhando papel fundamental ao desenvolvimento industrial; ao garantir as divisas necessárias à importação de máquinas e insumos, a economia agroexportadora, assume papel estratégico e fundamental à continuidade do processo de substituição de importações. De acordo com Furtado,

“Numa primeira etapa do desenvolvimento, reduz-se sensivelmente o papel do **comércio exterior** como fator determinante do nível de renda mas, concomitantemente, aumenta sua importância como **elemento estratégico** no processo de **formação de capital**” [Furtado (1991), pág. 198, grifos meus].

A análise de Furtado e Tavares, se aproxima em muitos aspectos da doutrina da CEPAL, não devendo, no entanto ser confundida com esta. Eles não utilizam o argumento dos choques externos como uma teoria geral e aplicável à qualquer choque adverso, mas o fazem especificamente com relação à década de trinta. Apesar de ambos usarem o conceito de desenvolvimento “para fora” a fim de caracterizar o modelo econômico anterior à Grande Depressão, ressaltam importantes conexões entre os setores agroexportador e industrial. A relação entre estes não é antagônica, mas sim, de interdependência. Antes da Crise de 1930, a industrialização foi em larga medida

⁸⁶ Cf. Tavares (1972), pág. 33, onde se destaca a seguinte passagem: “Posteriormente, mediante uma redistribuição dos fatores e, particularmente, do recurso escasso, as divisas, utilizou-se a capacidade para importar disponível com o fim de se obter do exterior os bens de capital e as matérias-primas indispensáveis à instalação de novas unidades destinada a continuar o processo de substituição”

impulsionada pela expansão da agroexportação. A partir de então houve ruptura no padrão de desenvolvimento econômico brasileiro, voltando-se “para dentro”. Ainda assim, as interrelações entre os setores não se desfizeram. A continuidade do processo de substituição de importações dependia da capacidade à importar do país gerada pelo setor primário-exportador. Dessa forma, o desenvolvimento industrial brasileiro se apoiou em grande medida no desempenho das atividades voltadas para a exportação. De acordo com Tavares,

“O setor externo não deixou de desempenhar papel relevante em nossos países; apenas houve mudança significativa nas suas funções. Em vez de ser o fator diretamente responsável pelo crescimento da renda, através do aumento das exportações, a sua contribuição passou a ser decisiva no processo de diversificação da estrutura produtiva, mediante importações de equipamentos e bens intermediários” [Tavares(1972), pág. 32, grifos meus].

2) - A “ótica da industrialização liderada pelas exportações”

De acordo com os defensores desta linha de argumentação, há forte relação entre o desempenho do setor exportador e o desenvolvimento industrial. Apesar da semelhante relação entre ambos os setores também contida na análise de Furtado e Tavares do chamado desenvolvimento para dentro, a analogia desta vertente com a “ótica da industrialização liderada pelas exportações” não é totalmente válida. Segundo Suzigan, de acordo com esta ótica, há

“uma **relação direta** entre desempenho do setor exportador e o desenvolvimento setor industrial (significando que a indústria se desenvolveu durante os períodos de bom desempenho das exportações e se retardou durante os períodos de crise do setor exportador)” [Suzigan (1986), pág. 28].

Outra diferença com relação àqueles autores está no fato de que de acordo com os defensores desta linha de argumentação, o processo de industrialização foi mais amplo, não se limitando apenas ao setor de bens de consumo, de forma que a indústria que desenvolveu não era mera extensão do setor exportador.

Nesta linha de raciocínio, podemos destacar a contribuição de quatro autores: Warren Dean, Robert Nicol, Leff e Peláez.

As contribuições de Dean⁸⁷ e Nicol⁸⁸ são as mais consistentes. A tese central destes autores, de acordo com o exposto acima, é de que há uma relação direta entre o desempenho dos setores agroexportador e da indústria de transformação. “A **industrialização** de São Paulo **dependeu**, desde o princípio, da procura provocada pelo crescente mercado estrangeiro do **café**” [Dean (1976), pág. 9; grifos meus].

A crítica com relação ao argumento dos choques externos é clara e explícita: para ambos os autores, a Primeira Guerra teve impacto negativo⁸⁹ sobre o processo de industrialização. De acordo com Dean, “Poder-se-á perguntar se a **industrialização** de São Paulo não se teria **processado** mais depressa se **não tivesse havido guerra** [Primeira Guerra Mundial]” [Dean (1976), pág. 114, grifos meus].”

⁸⁷ Cf. Dean (1976).

⁸⁸ Cf. Nicol (1974).

⁸⁹ Cf. Dean (1976), pp. 95-114 e também Dean (1989), pp. 251-83, onde se destacam as seguintes passagens: “(...) a **Primeira Grande Guerra**, até há pouco, era geralmente considerada no Brasil como um **grande estímulo** para a **industrialização**. Tratava-se de uma **impressão errônea**, baseada numa análise de estatística parcial, e na aceitação, sem espírito crítico, de relatórios contemporâneos (grifos meus). “(...) a **Primeira Guerra Mundial**, **não** foi, por si mesma, particularmente **estimulante** para a **indústria paulista**” (grifos meus).

Dean concentra sua argumentação nos efeitos negativos da interrupção dos fluxos de comércio sobre a indústria. Se por um lado tal fato gerou estímulo à produção interna, por outro, a importação de matérias-primas e equipamentos se tornou mais difícil⁹⁰. Fazendo-se uso de dados sobre o volume de mercadorias importadas pelo porto de Santos⁹¹, Dean conclui que redução na importação dos insumos – produtos de ferro e aço (70%) e máquinas (73%) – foi mais significativa do que a redução de bens de consumo, cujo principal componente, produtos alimentícios, reduziu-se apenas 6%.

Dean e Nicol divergem quanto ao período de aplicação de suas análises. Para Nicol, esta só é válida até antes da década de trinta, a partir de quando se dá início ao processo de industrialização baseada na substituição de importações. De acordo com Dean, a relação entre agroexportação e indústria é válida também para a década de trinta. Seguindo esta linha de raciocínio, Dean afirma que a crise dos anos trinta foi extremamente prejudicial ao desenvolvimento da indústria paulista⁹².

O estímulo dado pelo setor cafeeiro ao processo de industrialização conforme descrito por ambos os autores pode ser resumido pelos seguintes fatores⁹³: i) a introdução da mão-de-obra assalariada monetizou a economia e expandiu a renda, de forma a possibilitar a constituição de um mercado consumidor interno; ii) os

⁹⁰ Cf. Dean (1976), pp. 98-9, onde se destaca a seguinte passagem: “Evidencia-se pelas estatísticas, que durante a guerra, segundo afirmou Baer se interromperam os suprimentos de além-mar. Se isto representou uma ‘grande oportunidade para as indústrias brasileiras incipientes’ é outra história. Em primeiro lugar revela citar outro aspecto da interrupção do comércio: a importação de bens de capital e de matérias primas foi muito mais drasticamente reduzida do que a importação de bens de consumo”

⁹¹ Cf. Dean(1976), pág. 98.

⁹² Cf. Dean (1976), p. 117 e 194, onde se destaca a seguinte passagem: “O desmoroamento do comércio internacional em 1930 quase paralisou as indústrias em São Paulo”

⁹³ Cf. Dean (1976), pp. 9-22.

investimentos em infraestrutura, notadamente em estradas de ferro, ampliaram e possibilitaram uma maior integração do mercado consumidor; iii) criou-se um sistema de distribuição de produtos manufaturados baseado no desenvolvimento do comércio exterior; iv) o forte movimento migratório realizado para suprir as necessidades de mão-de-obra para o setor cafeeiro surgidas com o fim da escravidão, também beneficiou a indústria garantindo-lhe uma oferta de trabalho satisfatória.

Deve-se notar, que os autores divergem quanto ao papel exercido pelo estado no processo de industrialização. Para Nicol, este foi considerável, merecendo destaque, enquanto que para Dean este não foi importante, minimizando os seus efeitos, sem no entanto, negar por completo a participação do governo central no desenvolvimento industrial⁹⁴.

Merece destaque a análise de Dean sobre as origens do capital e do empresariado industrial brasileiro⁹⁵. Segundo ele, os cafeicultores investiram em variados setores tais como construção de estradas de ferro, bancos, promoção de imigração e, em menor proporção, na indústria de transformação. Merecendo destaque neste processo de acumulação o papel dos importadores e imigrantes (“burgueses imigrantes”)⁹⁶.

⁹⁴ Cf. Dean (1976), pág. 17, onde se destaca a seguinte passagem: “Considerava-se a difusão da cultura cafeeira intrinsecamente vantajosa, chave do progresso material, e em seu favor se mobilizou o eficaz apoio do Estado”

⁹⁵ Cf. Dean (1976), pp. 57-74.

⁹⁶ De acordo com Dean, os imigrantes possuíam características que especiais que os colocavam em melhores condições do que os cafeicultores no desenvolvimento de atividades industriais. A este respeito Cf. pág. 62, onde se destaca a seguinte passagem: “Além de seus antecedentes urbanos e da sua experiência comercial anterior, e além das vantagens que lhe proporcionava um grande mercado de

A opinião radical de Dean é tão inaceitável quanto a versão extrema dos choques externos. Supor uma relação linear entre a produção do setor exportador e a industrial significa não levar em conta as transformações por que passou a economia brasileira após a Crise de trinta e a conseqüente desestruturação da economia cafeeira⁹⁷.

Deve-se ressaltar, no entanto, a contribuição representada por Dean e Nicol devido a constatação das várias conexões entre o setor agroexportador e a indústria⁹⁸. Esta é com certeza a maior contribuição dada por estes autores ao estudo do processo de industrialização brasileiro. Não é à toa que a relação entre agroexportação e indústria será retomada, ainda que modificada, pelos teóricos da chamada ótica do “capitalismo tardio”, que será tratada na próxima seção.

A contribuição de Peláez⁹⁹ deve ser qualificada, pois é mais uma crítica a teoria dos choques externos do que uma análise propriamente dita do processo de industrialização baseada na importância do setor agroexportador. Pode-se dizer que seu objetivo de realizar uma crítica ampla ao argumento dos choques adversos não foi atingido, pois concentrou sua análise na década de trinta apenas, e, mais especificamente, na argumentação de Furtado sobre o impacto da Depressão sobre a

compatriotas, os imigrantes possuíam ainda outra superioridade: as conexões que podiam manter com fontes de capital no país de origem”

⁹⁷ Cf. Suzigan (1986), pág. 32, onde se destaca a seguinte passagem: “Ao admitir a existência de relação linear entre o desempenho do setor exportador e o desenvolvimento industrial, Dean ignora as mudanças estruturais fundamentais causadas pela crise do café e da Grande Depressão da década de trinta (...)”.

⁹⁸ Cf. Suzigan (1986), pág. 32, onde se destaca a seguinte passagem: “Em favor de Dean e Nicol está a percepção de que tiveram das várias conexões entre o comércio de café e o desenvolvimento industrial”.

⁹⁹ Cf. Peláez (1972).

economia brasileira¹⁰⁰ e nas políticas econômicas adotadas no período. No entanto, a Crise de trinta é exatamente o caso em que a teoria dos choques externos melhor se aplica. A importância do choque adverso representado pela Grande Depressão é considerada por quase todos os estudiosos do processo de industrialização brasileiro como um fator importante.

Além disso, o mesmo autor, não propõe uma interpretação alternativa que seja compatível com sua crítica ao papel dos choques externos. Antes pelo contrário, ao basear-se em uma análise das taxas de retorno relativa entre investimentos no setor agroexportador e nas atividades voltadas para o mercado interno, conclui que as políticas de valorização do café distorceram as mesmas em favor das atividades voltadas para exportação.

O trabalho de Leff é consideravelmente inconsistente¹⁰¹. De acordo com ele, há uma relação de apoio mútuo entre a indústria e o setor exportador, e os impactos da Primeira Guerra foram irrelevantes para a industrialização.

Segundo Leff, a expansão do comércio exterior impulsionava o desenvolvimento industrial de três formas: i) fornecendo os insumos complementares necessários a aceleração do crescimento industrial; ii) promovendo investimentos em

¹⁰⁰ Cf. Peláez (1972), pp. 23-30, onde se destaca a seguinte passagem: “A afirmativa de que a subdivisão internacional do trabalho, durante a década da Depressão, teve como consequência a industrialização da América Latina cria um sério conflito entre a teoria do comércio e a teoria do balanço de pagamentos. Embora no curto prazo, com vistas a ajustarem seus problemas de balanço de pagamentos, as economias latino-americanas deveriam ter aumentado a produção de mercadorias que precisavam importar, em resposta a variações de lucros devida aos impedimentos comerciais e desvalorização; uma indústria nacional só teria sido justificável por um fenômeno de maior duração, qual seja uma mudança nos custos comparativos internacionais”

¹⁰¹ Cf. Leff (1982), pp. 165-238.

infraestrutura, notadamente em estradas de ferro; e iii) garantindo a existência de um mercado consumidor interno que se apoiava no crescimento da renda do setor exportador¹⁰².

Os choques externos não foram importantes, de acordo com Leff, por que a adoção de tarifas aduaneiras sobre as importações alterou a relação de preços de maneira favorável a indústria, sem que o comércio internacional entrasse em colapso¹⁰³.

Até agora, não há nada de contraditório na análise de Leff. No entanto, ao argumentar que o Brasil não dependia das condições externas, surge a primeira e mais gritante contradição¹⁰⁴. As incoerências não param por aí; de acordo com Leff: a participação do setor agro-exportador na demanda e oferta agregadas era pequena¹⁰⁵; e a Primeira Guerra exerceu impacto positivo sobre a indústria brasileira¹⁰⁶.

¹⁰² Cf. Leff (1982), pp. 176-80, onde se destaca a seguinte passagem: "Foreign trade and domestic industrialization appear to have been mutually supporting rather than competitive patterns of development in Brazil during these decades [1908-45]. Expanding international trade stimulated Brazil's industrial development in three ways. First, as just mentioned, imports supplied complementary inputs which permitted an acceleration in the pace of industrial growth. Second, export expansion provided the resources for the Brazil's infrastructure, such as railroads, which promoted industrial development. Third, the growth of income in Brazil export sector helped create the domestic market on which the country's industrialization was based".

¹⁰³ Cf. Leff(1982), pág. 195.

¹⁰⁴ Cf. Leff(1982), pp. 203-4, onde se destaca a seguinte passagem: "The Brazilian economy's performance during the great depression is perhaps the most striking demonstration of Brazil's **independence of external conditions**" (grifos meus).

¹⁰⁵ Cf. Leff (1982), pp. 195-6, onde se destaca a seguinte passagem: "As these relatively low export and import coefficients indicate, the external sector did not account for a large share of aggregate demand and supply in the Brazilian economy.

¹⁰⁶ Cf. Leff (1982), p. 206, onde se destaca a seguinte passagem: "The **war** [First World War] did **stimulate** expansion in brazilian **manufacturing**, as special efforts were made to produce locally goods which had previously been imported" (grifos meus).

3) A ótica do “capitalismo tardio”

As principais contribuições ao estudo do processo de industrialização baseado nas peculiaridades do desenvolvimento do capitalismo no Brasil foram dadas por Sérgio Silva, Wilson Cano, Conceição Tavares, João Manuel Cardoso de Mello e L. M. Aureliano¹⁰⁷, com base na análise da expansão da economia cafeeira em São Paulo, e nas suas interrelações com o setor industrial.

Em termos gerais, a ótica do “capitalismo tardio”, propõe uma revisão da doutrina econômica da CEPAL sem, no entanto, refutar um de seus pressupostos básicos, a saber, a constatação de que o desenvolvimento industrial brasileiro possui características próprias. Não se pretende, de forma alguma, negar o fato de que a industrialização brasileira foi um processo específico, dotado de características que lhe são peculiares. O que se pretende refutar é o caráter reflexo da economia brasileira postulado pela CEPAL¹⁰⁸. De acordo com os teóricos do “capitalismo tardio”, a economia brasileira não pode ser concebida, meramente, como uma extensão do sistema econômico formado pelos países centrais; esta possui uma dinâmica própria, de forma que seu funcionamento não pode ser reduzido simplesmente à um conjunto de reações a acontecimentos que se operam nas economias centrais.

¹⁰⁷ Cf. Silva(1978), Cano (1977), Tavares (1986), Mello (1984) e Aureliano (1981).

¹⁰⁸ CF. Suzigan (1986), pp. 32-3, onde se destaca a seguinte passagem: “A interpretação do desenvolvimento industrial brasileiro segundo a ótica do capitalismo tardio é essencialmente uma revisão da doutrina cepalina tradicional. Embora reconhecendo a importância desta doutrina para o entendimento da peculiaridade do desenvolvimento latino-americano(...) a ótica do capitalismo tardio refuta o caráter reflexo atribuído as economias latino americanas pela doutrina da CEPAL”.

Fazendo-se uso da teoria da dependência¹⁰⁹, identifica-se no Brasil o desenvolvimento de um sistema capitalista que, primeiramente, obedece a uma lógica interna, que por sua vez está vinculada, mas não determinada de forma definitiva, a fatores externos¹¹⁰. De acordo com Mello, “[...]a direção do movimento da economia] está determinada em primeira instância por ‘fatores’ internos e, em última instância, por ‘fatores’ externos” [Mello (1984), pág.101, grifos meus].

O foco de análise se desloca da dicotomia proposta pela análise cepalina clássica baseada em fatores externos *versus* fatores internos na determinação do desenvolvimento industrial para se concentrar na análise da evolução do capitalismo brasileiro, fazendo-se uso do instrumental marxista tradicional.

A emergência do modo de produção capitalista é marcada pela substituição da mão-de-obra escrava pela assalariada, o que gerou um mercado de trabalho livre e o surgimento de um mercado consumidor interno¹¹¹. Dessa forma, se processa uma

¹⁰⁹ Cf. Cardoso e Faletto (1977).

¹¹⁰ De acordo com Suzigan, “[...]a ótica do capitalismo tardio sugere que o desenvolvimento latino-americano (particularmente o caso brasileiro) é um desenvolvimento capitalista, determinado primeiramente por fatores internos e secundariamente por fatores externos”

¹¹¹ Cf. Mello (1984), pág. 80, onde se destaca a seguinte passagem: “Não havendo condições para a transformação da força de trabalho em mercadoria, pré-requisito, indispensável, estaria bloqueada a industrialização capitalista”. Cf. também Silva (1978), pág. 98, onde se destaca a seguinte passagem: “A massa de trabalhadores imigrantes que vem para o Brasil a partir dos anos 1880 representa certamente um mercado consumidor para a indústria nascente. Esse aspecto é crucial para a compreensão dos verdadeiros laços que unem indústria nascente e economia cafeeira”.

acumulação de capital no setor agroexportador¹¹², a partir da qual irá se consolidar o desenvolvimento industrial¹¹³.

A periodização cepalina baseada no crescimento “para fora” até a década de 1930 e crescimento “para dentro”, a partir de então, é substituída pela sucessão de modos de produção¹¹⁴. Assim, passou-se da economia colonial para a mercantil-escravista¹¹⁵ e posteriormente para a economia capitalista exportadora¹¹⁶. Finalmente nesta última fase, especialmente entre fins da década de 1880 e de 1920, verificou-se o surgimento e consolidação do capital industrial.

O capital industrial está intimamente associado ao desenvolvimento do setor agroexportador, pois foi neste que as condições materiais ao seu surgimento se verificaram¹¹⁷. De acordo com Mello,

¹¹² Cf. Mello (1984), pág. 83, onde se destaca a seguinte passagem: “quem comanda a acumulação, o grande capital cafeeiro, que é predominantemente mercantil, é que sente o problema na carne”

¹¹³ Cf. Tavares (1986), pp. 97-100, onde se destaca a seguinte passagem: “A própria aceleração da urbanização promovida pela expansão do complexo cafeeiro, torna, pois, atrativa as oportunidades de investimento industrial, mesmo quando, inicialmente, sua taxa de rentabilidade possa ter sido inferior à do café”

¹¹⁴ Cf. Mello (1984), pág. 176, onde se destaca seguinte passagem: “A nova problemática se exprime, essencialmente, numa diversa periodização do processo histórico e na produção de conceitos capazes de estruturá-lo em cada período”

¹¹⁵ Cf. Mello (1984), pp. 53-8, onde se destacam as seguintes passagens: “Fica claro que o início da crise da economia colonial é, também, o momento de construção da economia mercantil-escravista cafeeira nacional” (grifos meus) e “Vale dizer, como o escopar da crise [da economia colonial] marca, ao mesmo tempo, a revitalização do caráter mercantil da economia e o revigoramento da escravidão”

¹¹⁶ Cf. Mello (1984), pp. 72-88.

¹¹⁷ Cf. Tavares (1986), onde se destaca a seguinte passagem: “Assim, se estabelece um interdependência entre café e indústria (...)” (grifos meus). Veja-se também, Cano (1977), 121-194, onde se destaca a seguinte passagem: “O café, como atividade nuclear do complexo cafeeiro, possibilitou efetivamente o processo de acumulação de capital durante todo o período anterior à crise de 1930. Isto se

“(...)o complexo exportador cafeeiro, ao acumular, gerou capital dinheiro que se transformou em capital industrial e criou as condições necessárias a esta transformação: uma oferta abundante no mercado de trabalho e uma capacidade para importar alimentos, meios de produção e bens de consumo e capitais, o que só foi possível porque se estava passando por um auge exportador”
[Mello (1984), pág.101, grifos meus].

As relação entre agroexportação e indústria assume duas formas. A primeira é uma relação positiva, mas não linear entre o desenvolvimento industrial e a expansão do setor agroexportador: dada uma crise externa, a indústria é primeiramente afetada de forma negativa; posteriormente, com a elevação na proteção ao mercado interno, devido à queda na capacidade para importar, ela se beneficia, elevando sua produção. A outra forma é contraditória. A contradição origina-se do fato de que o capital industrial se subordinava ao capital cafeeiro, que por sua vez era subordinado ao capital internacional. Dessa forma, o setor industrial não era autônomo, dependendo da economia agroexportadora. Esta relação de dependência se materializava de duas formas: i) na capacidade para importar máquinas e insumos, necessários à expansão da produção; e ii) na criação de um mercado consumidor de manufaturas. Sendo assim, apesar de o capital industrial ter-se originado no setor cafeeiro, este impunha limites à expansão da produção fabril¹¹⁸.

deveu, não somente ao alto nível da renda por ele gerado, mas, principalmente por ser o elemento diretor e indutor da dinâmica da acumulação do complexo, determinando inclusive grande parte da capacidade de importar da economia brasileira no período.” Cf. também, Suzigan (1986), pág. 34, onde se desta a seguinte passagem: “Foi esta economia [agroexportadora] que criou as condições favoráveis para a emergência do capital industrial”

¹¹⁸ Cf. Silva (1978), pp. 97-105.

A tese de Warren Dean de que havia uma relação direta entre crescimento industrial e expansão do setor cafeeiro é, portanto, refutada. Silva dá ênfase à

“(..)*impossibilidade de se aceitar a tese inicial de Dean na medida em que ela estabelece uma relação unívoca entre a expansão do setor exportador e a industrialização. Na verdade, (...)concluimos que as relações entre o comércio exterior e a economia cafeeira, de um lado, e a indústria nascente, de outro, implicam ao mesmo tempo a **unidade** e a **contradição**. A unidade está no fato de que o desenvolvimento capitalista baseado na expansão cafeeira provoca um nascimento e um certo desenvolvimento da indústria; a contradição, nos limites impostos ao desenvolvimento da indústria pela própria posição dominante da economia cafeeira na acumulação de capital*” [Silva (1978), pág. 103, grifos meus e itálicos no original].

Este mesmo ponto também é defendido por Mello, segundo quem,

“(..)*há um modo de articulação contraditório entre as duas formas de capital, em que, se bem o **capital cafeeiro** dá nascimento e estimula a grande indústria, ao mesmo tempo que impõe limites estreitos à **acumulação industrial***” [Mello (1984), pág.104;grifos no original].

Este padrão de dependência entre os setores industrial e cafeeiro somente é rompido pela crise do café, deflagrada pela Grande depressão. Apartir de então, o desenvolvimento industrial tornou-se mais independente do comportamento da agroindústria, principalmente com relação à demanda. Esta, por sua vez, não mais dependia tão fortemente da procura externa, sendo determinada, principalmente, pelo crescimento da renda interna. Somente em meados da década de 1950, com o

estabelecimento das indústrias de bens de capital, é que o setor industrial adquiriu autonomia substancial¹¹⁹.

4) A “ótica de industrialização intencionalmente promovida por políticas do Governo”

A Quarta interpretação do processo de industrialização brasileiro concentra-se na análise do papel do Estado, ou melhor dos estímulos por ele dados à indústria de transformação. Nesta linha de análise, dois elementos são fundamentais: i) a proteção tarifária e ii) a concessão de incentivos e subsídios. Os defensores deste argumento não pretendem provar que a o desenvolvimento industrial foi promovido por um conjunto de políticas deliberadamente tomadas com tal propósito – há consenso com relação ao fato de que antes da década de 50 não foram tomadas políticas “deliberadas de desenvolvimento”, conforme definido por Hirschman¹²⁰. Trata-se, de um esforço no sentido de dar maior ênfase ao papel do Estado, contestando-se a postura usual de se minimizar, ou até mesmo negar, a importância do governo no desenvolvimento industrial do período anterior à década de trinta¹²¹.

Os principais defensores de que a política tarifária tinham o objetivo explícito de promover o setor industrial são Flávio R. Versiani e Maria T. Versiani, segundo os quais, “(...)a evidência disponível sugere que a **importância da proteção**

¹¹⁹ Cf. Suzigan (1986), pág. 36.

¹²⁰ Cf. Hirschman (1968).

¹²¹ Cf. Suzigan (1986), pp. 38-9, onde se desta a seguinte passagem: “Não se trata, porém, de provar que a industrialização foi promovida por uma abrangente política deliberada de desenvolvimento. (...) a intenção declarada desta escola é de contestar a afirmação, usualmente encontrada na historiografia brasileira, de que o papel do Estado na promoção do desenvolvimento industrial anterior a 1930 foi mínimo”

tarifária como fator de **estímulo à industrialização** não pode ser posta de lado” [Versiani e Versiani (1977), pág. 123, grifos meus].

Com base em estudo sobre a indústria de tecidos de algodão, os autores identificam a existência de ciclos de investimento e na produção do setor. Estes ciclos estariam relacionados às oscilações cambiais e, ao comportamento das tarifas de importação. As variações no câmbio afetavam o desempenho do setor de duas formas: i) o câmbio sobrevalorizado favorecia o investimento ao tornar as importações de máquinas relativamente mais baratas, no entanto, desfavorecia a produção devido ao reduzido nível de proteção e ii) o câmbio sobredesvalorizado incentiva a produção tornando-a mais competitiva, desestimulando, entretanto, o investimento¹²².

Apesar da importância atribuída ao câmbio, de acordo com por Versiani e Versiani, as tarifas alfandegárias consistiam em estímulo mais importante à produção têxtil. Diferentemente das variações cambiais, que teriam exercido efeitos mais de curto prazo, existência de uma barreira alfandegária em contínua expansão¹²³ assegurou o desenvolvimento da indústria têxtil por um período mais prolongado. De acordo com Flávio Versiani, “(...) embora as desvalorizações cambiais tivessem importantes efeitos protecionistas a curto prazo, uma **proteção duradoura** foi assegurada **principalmente pelo sistema tarifário**” [Versiani (1982), pág. 25, grifos meus].

¹²² Cf. Versiani e Versiani pp. 128-36, onde se destaca as seguintes passagens: “A hipótese das oscilações cambiais no investimento têxtil parece receber confirmação dos dados históricos. Assim é que todos os períodos de **intensificação no investimento** (...) coincidiram com fase de **câmbio** relativamente **alto** (...)”; e “(...) sugerem uma **correspondência** entre **desvalorização** cambial e fase de maior **expansão da produção**” (grifos meus). Cf. Também, Versiani (1980), pp. 14-21.

¹²³ Cf. Versiani (1980), pp. 23-5, onde se destaca a seguinte passagem: “(...) apesar da frequente mudança nas tarifas, é clara a tendência para uma barreira protecionista sempre em crescimento”.

Deve-se ressaltar, que o grau de efetividade da proteção alfandegária de determinado setor não depende apenas das tarifas que incidem diretamente sobre os produtos deste mesmo setor, mas também da taxaço sobre os insumos por ele utilizados¹²⁴. Os efeitos da política cambial sobre o preço dos insumos importados também não podem ser deixados de lado, principalmente no caso brasileiro, dada a elevada utilização de matérias primas e máquinas importadas.

A proteção aduaneira variou consideravelmente e sua efetividade dependia de outras variáveis da política comercial. Durante o período entre início 1860 e fins 1880, a elevação dos direitos aduaneiros foi compensada por uma redução nos preços dos insumos importados. Dessa forma, a interpretação de Flávio Versiani baseada nas alterações cambiais é correta¹²⁵. Entre 1889 e 1895, a proteção aduaneira se reduziu de forma substancial, como consequência da erosão das alíquotas específicas pela inflação, de forma que a depreciação cambial tornou-se o fator de proteção mais importante. Em finais do século XIX e princípios do XX, verificou-se uma elevação da proteção aduaneira, o que foi crucial à proteção do mercado interno. A partir de então, até 1912, houve uma redução nas tarifas que foi compensada por uma elevação no preço relativo das importações. Dessa forma, no período anterior à Primeira Guerra, de forma geral, houve contínua redução na proteção efetiva agregada. A partir daí, a proteção ao mercado nacional decorreu fundamentalmente das desvalorizações cambiais e da imposição de restrições quantitativas às importações, o que torna inócua a presente discussão com base exclusivamente na tarifa aduaneira. Mesmo com relação ao período anterior à Guerra, dada a elevada volatilidade das tarifas e a não seletividade dos

¹²⁴ Cf. Krugman (1987), pp. 191-3.

¹²⁵ Cf. Suzigan (1986), pág. 40 e também pp. 98-107.

direitos aduaneiros, parece pouco provável que hipótese de Versiani e Versiani de que a política tarifária possuía caráter intencionalmente protecionista¹²⁶.

Flávio Versiani¹²⁷ e Steven Topick¹²⁸ ressaltam a importância de subsídios e incentivos governamentais ao desenvolvimento industrial¹²⁹.

Versiani, baseado em depoimento de observadores contemporâneos, afirma que as políticas políticas governamentais, durante o período primário-exportador, não eram sistematicamente antiindustrialistas e questiona a ineficácia do sistema de incentivos governamentais. Segundo este mesmo autor,

“O que é claro é que não se pode taxar a priori de pouco importante o papel do governo no processo de diversificação industrial do período. As políticas governamentais da fase exportadora não eram sistematicamente antiindustrializantes” [Versiani (1982, pág. 1037, grifo no original)].

A concessão de subsídios e incentivos governamentais à indústria de transformação¹³⁰ assumiu várias formas, dentre elas: financiamentos de fontes oficiais a juros favorecidos, isenção de direitos sobre importação de matérias primas, máquinas e equipamentos, redução de fretes nas ferrovias e linhas de navegação de propriedade do governo etc.

¹²⁶ Cf. Suzigan (1986), pp. 40-1, onde se destaca a seguinte passagem: “Mesmo para o período anterior à Primeira Guerra, as frequentes variações na proteção aduaneira de acordo com a situação econômica do momento e o caráter não seletivo dos direitos aduaneiros, tornam **difícil de aceitar a afirmação** de que a **tarifa aduaneira era intencionalmente protecionista**” (grifos meus).

¹²⁷ Cf. Versiani (1982).

¹²⁸ Cf. Topick (1979).

¹²⁹ De acordo com Topick, “(...) the Brazilian State played an active role during the First Republic, even though the country was dependent and predominantly agricultural”.

Pode-se considerar como correta a afirmação de Flávio Versiani de que as políticas governamentais, durante o período primário-exportador não eram sistematicamente antiindustrialistas. É também aceitável a proposição de que a diversificação da produção industrial na década de vinte foi estimulada por políticas governamentais. No entanto, considerar tais políticas como componentes de um sistema mais amplo de incentivos industriais que tinha o objetivo explícito de incentivar o desenvolvimento industrial é um exagero.

A simples existência de subsídios e incentivos governamentais não significa que o desenvolvimento industrial foi deliberadamente estimulado pelo governo. Como foi dito anteriormente, os incentivos e subsídios governamentais assumiram várias formas durante o período em questão. No entanto, com exceção ao setor açucareiro¹³¹ — que era sistematicamente auxiliado—, estes eram esporádicos, não sistemáticos e em geral *ad hoc*. De acordo com Topick, “Most of Government’s decision during the First Republic were reached **through *ad hoc* responses to crises rather than developmental planning**” [Topick (1979), pág. 326; grifos meus e itálicos no original].

Até o período anterior a Primeira Guerra, pode-se afirmar com segurança que o Estado não promoveu o desenvolvimento industrial de forma sistemática e deliberada. E mesmo após este evento, a mudança de postura do governo não foi radical, mas sim, lenta e gradual¹³². A produção de aço, por exemplo, foi estimulada

¹³⁰ Cf. Suzigan (1986), pp. 122-245.

¹³¹ Cf. Suzigan (1986), pp. 202-217

¹³² De acordo com Suzigan, “Pode-se afirmar com segurança que o Estado brasileiro passou a estimular deliberadamente o desenvolvimento de indústrias específicas (mais não o desenvolvimento industrial em geral) a partir dos anos da Primeira Guerra. Essa mudança no papel do Estado, porém, não foi abrupta”.

antes de 1914¹³³. No entanto, foi a escassez de insumos e matérias primas decorrentes do confronto mundial que estimulou a nova postura do governo¹³⁴. Dessa forma, durante a Primeira Guerra, o governo federal e até mesmo alguns governos estaduais, estimularam a produção interna de aço soda cáustica, óleo de caroço de algodão e carnes industrializadas. Já na década de 20, o auxílio governamental se estendeu à produção de cimento¹³⁵, produtos de borracha, fertilizantes, papel e pasta e fios e tecidos de seda.

Entretanto, não se pode afirmar que a diversificação industrial ocorrida na década de vinte se atribuiu a uma política sistemática de incentivos deliberados ao setor industrial. Os subsídios e incentivos nem sempre foram principal fator de indução ao desenvolvimento industrial. Estes foram eficazes na promoção das indústrias de papel e celulose, de produtos de borracha, de óleo de caroço de algodão, de fios e tecidos de seda e de carnes industrializadas. No entanto, em outros casos, como siderurgia e produção de cimento, estes não foram muito importantes.

Podemos concluir, que antes da Primeira Guerra mundial, não houve assistência governamental direta à indústria de transformação, com exceção do setor açucareiro e das ocasionais isenções de direito sobre maquinaria importada e outras formas indiretas como o desenvolvimento do setor de infraestrutura¹³⁶. Apenas a partir

¹³³ Cf. Suzigan (1986), pp. 256-78.

¹³⁴ De acordo com Suzigan: "(...) não há dúvida de que foi a escassez de insumos e matérias primas básicas durante a guerra que estimulou esta mudança no papel do Estado". A este respeito, Cf. Topick (1980), pág. 613.

¹³⁵ Cf. Suzigan (1986), pp. 249-56.

¹³⁶ Cf. Suzigan (1986), pág. 120, onde se destaca a seguinte passagem: "Praticamente todas as indústrias (exceto a do açúcar) desenvolvidas no período anterior à Guerra [Primeira Guerra Mundial] tiveram

do confronto mundial é que o Estado começa a estimular deliberadamente o algumas indústrias específicas, ressaltando-se que, em muitos casos, os incentivos e subsídios concedidos não foram eficientes. Ainda assim, até a década de 50, não havia um plano deliberado e sistemático de incentivo ao desenvolvimento industrial como um todo¹³⁷.

pequena ou nenhuma assistência do governo, exceto isenções ocasionais de direitos aduaneiros sobre matérias primas e maquinaria, além de proteção alfandegária, naturalmente”.

¹³⁷ Cf. Suzigam (1986), pág. 44.

V – CONCLUSÃO

Apresentados um panorama da economia cafeeira, uma resenha do desenvolvimento industrial brasileiro, e expostas as principais interpretações deste, cabe agora fazer uma análise crítica acerca do processo de industrialização, assumindo uma postura metodológica weberiana – cujos aspectos mais relevantes ao nosso objetivo já foram devidamente sumariados no início deste trabalho.

O primeiro ponto a destacar-se é que nenhum dos quatro tipos ideais aqui estudados acerca da industrialização brasileira esgota totalmente a problemática em questão. Todos se constituem em recortes da realidade, não podendo dar conta, isoladamente, da complexidade do processo de industrialização como um todo. O segundo ponto a se ressaltar é que todos os aspectos unilateralmente acentuados na construção dos mesmos tipos ideais mostram-se altamente relevantes para o entendimento do processo de industrialização. Portanto, ao mesmo tempo em que nenhum tipo ideal, sozinho, deve ser utilizado para explicar o fenômeno em pauta, todos eles representam contribuições importantes ao estudo do tema.

A compreensão do processo de industrialização não pode se pautar, de forma isolada, pelo viés do estrangulamento externo, ou das políticas públicas, por

exemplo. A multiplicidade de fatores que caracterizam o fenômeno da industrialização brasileira implica que um recorte unilateral da realidade não pode ser suficiente para explicá-lo.

Não se propõe aqui, entretanto, soluções ingênuas, como a adoção de uma teoria ampliada que simplesmente englobe as quatro óticas existentes acerca do desenvolvimento industrial brasileiro. A adoção de um tipo ideal é um imperativo das ciências sociais, dado o caráter multifacetado do real. O que não significa, de forma alguma, que o recorte específico representado por um determinado tipo ideal seja o único possível, e que, portanto, os demais devam ser descartados. As ciências sociais possuem a inerente – e para muitos também incômoda – característica de comportar diferentes explicações – todas elas devidamente satisfatórias, dado o viés de análise escolhido –, para um mesmo tema. Sendo assim, cabe a cada pesquisador julgar qual o tipo ideal é mais pertinente para explicar determinada realidade, nunca se esquecendo do fato de que, por definição, ele não esgota o real, e portanto, não é exclusivo.

Particularmente, dois tipos ideais parecem mais relevantes ao tema em questão: i) a interpretação de Furtado e Tavares acerca dos efeitos da Grande Depressão e ii) a “ótica do capitalismo tardio”, especialmente no que se refere aos desenvolvimentos realizados pelos respectivos autores acerca da tese original de Warren Dean que ressalta a relação entre café e indústria.

A íntima relação entre a economia brasileira e o comportamento da economia internacional são óbvias, e quase uma constante em nossa história. De acordo com Abreu,

“A importância da articulação entre a economia brasileira e a economia mundial é confirmada quase que a cada episódio, sublinhando a natureza insatisfatória de generalizações que buscam detectar inexoráveis tendências de longo prazo à consolidação de uma economia madura capaz de gerar suas crises endógenas” [Abreu (1990), introdução, pág. 7].

Aceita esta constatação, é bastante razoável considerar a crise dos anos trinta como um ponto de inflexão no desenvolvimento econômico brasileiro, caracterizando-se um novo modelo de desenvolvimento econômico, “voltado para dentro”. Ressaltando-se neste período a importância das políticas de valorização do café como um componente anticíclico responsável pela manutenção do nível de renda¹³⁸, o que possibilitou um deslocamento da demanda interna por produtos importados para aqueles nacionalmente produzidos, caracterizando-se a industrialização substitutiva de importações.

Não há como negar a relação, ainda que dialética, existente entre o setor agroexportador e a indústria de transformação. Os investimentos em infra-estrutura, a criação de um mercado consumidor com a introdução da mão-de-obra assalariada e a conseqüente expansão da demanda interna, principalmente por bens de consumo, dentre outros fatores, com certeza consistiram em importante impulso ao desenvolvimento industrial. A mesmo tempo, este impulso não era ilimitado, pois o crescimento das atividades voltadas ao mercado interno dependia do desempenho do setor exportador, que por sua vez estava atrelado às condições da demanda externa.

¹³⁸ Cf. Abreu (1990), pp. 79-81.

Bibliografia:

- Abreu, Marcelo (1990). "Crise, Crescimento e Modernização Autoritária", *in* Marcelo Abreu (Org.). *A Ordem do Progresso*. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- Aureliano, L. M. (1981). *No Limiar da Industrialização*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- Baer, Werner (1983). *A Industrialização e o Desenvolvimento Econômico no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 5ª edição.
- Bielschowsky, Ricardo (1988). *Pensamento Econômico Brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo*. Rio de Janeiro, IPEA/INPES.
- Cano, Wilson (1977). *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. Rio de Janeiro, Editora DIFEL.
- Cardoso, Fernando Henrique e Faletto, Enzo (1977). *Dependência e Desenvolvimento na América Latina*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Castro, Antônio Barros de (1980). *Sete Ensaio Sobre a Economia Brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Forense Universitária.
- Dean, Warren (1989). "A industrialização Durante a República Velha", *in* Boris Fausto (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Editora Difel, 5ª Edição.

- _____ (1976). *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo, Editora Difel, 2 Edição.
- Draibe, Sônia (1985). *Rumos e Metamorfose: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil 1930 – 1960*.
- Fausto, Boris (1994). *A Revolução de 1930*. Rio de Janeiro, Editora Brasiliense, 14ª Edição.
- Fernandes, Florestan (1976). *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- Fernandes, Rubens César (1982). *Dilemas do Socialismo: a controvérsia entre Marx, Engels e os populistas russos*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra.
- Fishlow, Albert (1972). “Origens e Conseqüências do Processo de Substituição de Importações no Brasil”, *Estudos econômicos*, Vol. 2 n.º 6, Dezembro.
- Fritsch, Winston (1990). “Apogeu e Crise na Primeira República”, in Marcelo Abreu (Org.). *A Ordem do Progresso*. Rio de Janeiro, Ed. Campus.
- Furtado, Celso (1991). *Formação Econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 24ª Edição.
- Krugman, Paul R. e Obstfeld, Maurice (1987). *International Economics: theory and practice*. New York, Addison-Wesley.
- Hirschman, O. A. (1968). *Estratégia do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

- Leff, N. H. (1982). *Interdependence and Development in Brasil*. Vol. 1: *Economic Structure and Change*. Londres, George & Allen Editors.
- Marx, Karl (1982). *Para Crítica da Economia Política*, Coleção Os Economistas. São Paulo, Editora Abril Cultural.
- _____ (1984). *O Capital*, Coleção Os Economistas. São Paulo, Editora Abril Cultural.
- _____ (1986). *Formações Econômicas Pré-Capitalistas*. São Paulo, Editora Paz e Terra.
- Mello, João Manuel Cardoso (1984). *O Capitalismo Tardio*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- Peláez, C. M. (1968). "A Balança Comercial, a Grande Depressão e a Economia Brasileira", *Revista Brasileira de economia*, março.
- _____ (1972). *História da Industrialização brasileira*. Rio de Janeiro, APEC.
- Saes, Flávio A. M. et alii (1997). *Formação Econômica do Brasil*. São Paulo, Editora Atlas.
- Silva, Sérgio (1978). *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo, Editora Alfa Ômega.
- Simonsem, Roberto C. (1973). *A Evolução Industrial no Brasil e outros estudos*. São Paulo, Companhia Editora Nacional e Editora da USP.

- Singer, Paul (1989). "O Brasil no Contexto do Capitalismo Internacional", in Boris Fausto (Org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo, Editora Difel, 5ª Edição.
- Sunkel, O. e Paz, P. (1970). *El subdesarrollo latino americano y la teoria del desarrollo*. México, Siglo XXI Editores.
- Suzigan, Wilson (1986). *Indústria Brasileira. Origem e desenvolvimento*. São Paulo, Editora Brasiliense.
- Tavares, Maria da Conceição (1972). *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro, Editora Zahar.
- _____ (1986). *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*. Campinas, Editora da UNICAMP.
- Topick, Steven (1979). "The Evolution of the Economic Role of the Brazilian State, 1889-1930", *Journal of Latin America Studies*, Vol. 11 n° 2, November.
- _____ (1980). "State Intervention in a Liberal Regime: Brazil, 1889-1930", *Hispanic American Historical Review*, Vol. 60 n° 4.
- Versiani, Flávio Rabelo (1980). "Industrialização e a Economia de Exportação", *Revista Brasileira de Economia*, Vol. 34 n° 1, Janeiro/Março.
- _____ (1982). "Industrialização: a década dos vinte e a depressão", *X Encontro Nacional de Economia*, Vol. 3, 1982. Águas de São Pedro, SP.
- Versiani, Flávio Rabelo, e Versiani, Maria Teresa (1977). "A Industrialização Brasileira antes de 1930: uma contribuição", in Flávio Rabelo Versiani e José Roberto

Mendonça de Barros (Org). *Formação Econômica do Brasil: a experiência da industrialização.*